



Anais da Assembléia

29

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE ABRIL de 1987.

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 18. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 1987
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Lindolfo Júnior.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Haroldo Rodrigues Ferreira e Ironi Pugliesi (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Estão em votação as atas que acabam de ser lidas.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação das atas, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere, e solicito ao Sr. 1. Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Retiro meu pedido de chamada nominal.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.
Retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Estão em votação as atas que acabam de ser lidas.

(É procedida a verificação de votação das atas).

Dezoito Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Estão aprovadas as atas.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o n. DTL/28/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n. 293/86, por julgá-lo contrário ao interesse público.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/29/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n. 227/86, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/30/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei Complementar n. 294/86, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/31/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n. 92/86, o qual, convertido em Lei, tomou o número 8.468.
Anote-se. Arquive-se.

TELEX:

No seu inteiro teor:

DE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS
CHATEAUBRIAND

AO: EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

NOTA DE REPÚDIO AO DEPUTADO
PAULINO DELAZERI

"AS ENTIDADES E ORGAOS ABAIXO-ASSINADOS, EXPRESSAM SEU VEEMENTE REPUDIO AO INCONSEQUENTE ATO DO DEPUTADO PAULINO DELAZERI QUANDO DE FORMA EQUIVOCADA, SOLICITOU QUE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REMETESSE EXPEDIENTE AO SECRETARIO DA AGRICULTURA OBJETIVANDO A REVISAO DO CONVENIO FIRMADO ENTRE O ESTADO DO PARANA E A FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANA - FAEP - QUE TRATA DA IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE TREINAMENTOS AGRICOLAS NOS MUNICIPIOS DE IBIPORA - NORTE E ASSIS CHATEAUBRIAND NO OESTE DO PARANA. TAL ATITUDE GEROU INSATISFAÇÃO E REVOLTA EM TODOS OS SEGMENTOS SOCIAIS DESTA REGIAO. UMA VEZ QUE A VERBA DESTINADA A CONSTRUÇÃO DESSES DOIS CENTROS E ESPECIFICA E OBJETIVA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO HOMEM DO CAMPO. INCOERENTEMENTE O DEPUTADO QUE SE DIZ DEFENSOR DE PEQUENOS AGRICULTORES VISA IMPEDIR OS EMPREENDIMENTOS QUE CONSTITUEM-SE EM INSTRUMENTOS DE APOIO AOS MEDIOS E PEQUENOS PRODUTORES, OFERECENDO-LHES CURSOS, TREINAMENTOS, APRENDIZAGEM NO MANEJO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE SOLO. CAPACITANDO MAO-DE-OBRA DE TRABALHADORES RURAIS. ABRINDO NOVAS PERSPECTIVAS A DIVERSIFICAÇÃO AGRICOLA NO APROVEITAMENTO RACIONAL DA AGRICULTURA MINIFUNDIARIA QUE ATENDE A POLITICA GOVERNAMENTAL DE FIXAÇÃO DO TRABALHADOR A TERRA; OS REFERIDOS PROJETOS DE INSTALAÇÃO DOS CENTROS DE TREINAMENTOS AGRICOLAS FORAM PROCEDIDOS DE AMPLOS ESTUDOS TECNICOS E DE VIABILIDADE ECONOMICA DE CADA REGIAO. ATRAVES DAS PREFEITURAS ENVOLVIDAS E ENTIDADES QUE REPRESENTAM A CATEGORIA E POR SER A REGIAO OESTE EMINENTEMENTE AGRICOLA. RESPONDENDO POR UMA GRANDE PARCELA DA PRODUÇÃO DE GRAOS NO BRASIL. POSSUIR GRANDES COMPLEXOS COOPERATIVISTAS. SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES ORGANIZADAS E POR RECEBER TOTAL RESPALDO DAS AUTORIDADES MUNICIPAIS. A ATITUDE DO DEPUTADO PAULINO DELAZERI E NO MINIMO UM DESRESPEITO AOS INTERESSES DOS AGRICULTORES DAS REGIOES NORTE E OESTE DO ESTADO COM A INSTALAÇÃO DESSES CENTROS. OS SIGNATARIOS DESTA NOTA DE REPUDIO ESPERAM QUE O GOVERNO ALVARO DIAS SEJA O AVALISTA DA IMPLANTAÇÃO DESSES CENTROS A GRANDE REIVINDICAÇÃO DE PRODUTORES E TRABALHADORES RURAIS DO NORTE E OESTE DO PARANA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND
CAMARA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND
SINDICATO RURAL PATRONAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ASSIS CHATEAUBRIAND
SOCIEDADE RURAL DO MEDIO OESTE DO PARANA
LIONS CLUBE DE ASSIS CHATEAUBRIAND
ROTARY CLUBE DE ASSIS CHATEAUBRIAND
ROTARACT CLUBE DE ASSIS CHATEAUBRIAND

LEO CLUBE DE ASSIS CHATEAUBRIAND
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ASSIS CHATEAUBRIAND
COOPERATIVA DOS TRABALHADORES RURAIS VOLANTE DE ASSIS CHATEAUBRIAND
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND
NUCLEO DOS ENGENHEIROS AGRONOMOS DE ASSIS CHATEAUBRIAND
ASSOCIAÇÃO MEDICA DE ASSIS CHATEAUBRIAND
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ASSIS CHATEAUBRIAND
LOJA MAÇONICA ESTRELA DO OESTE II
ASSOCIAÇÃO DOS BANCARIOS DE ASSIS CHATEAUBRIAND
DIRETORIO MUNICIPAL DO PMDB DE ASSIS CHATEAUBRIAND
ASSOCIAÇÃO DOS CONTABILISTAS DE ASSIS CHATEAUBRIAND
SEM MAIS, ATENCIOSAMENTE
MAURINO DE SOUZA
ASSESSOR DE IMPRENSA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND - PR.
Ao conhecimento da Casa.

Indicação:

Senhor Presidente:

Em anexo, estamos encaminhando a Vossa Excelência a relação das alterações dos membros substitutos das Comissões da Bancada do PMDB, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1987.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

RELAÇÃO DE ALTERAÇÃO DOS DEPUTADOS MEMBROS SUPLENTE DAS COMISSÕES, INDICADOS PELO PMDB.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS:

Substitui-se o suplente Sr. Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI pelo Sr. Deputado RAUL LOPES.

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES:

Substitui-se o suplente Sr. Deputado RAUL LOPES pelo Sr. Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:

Substitui-se o suplente Sr. Deputado TADEU LÚCIO MACHADO pelo Sr. Deputado HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

COMISSÃO DE TERRAS,

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:

Substitui-se o suplente Sr. Deputado HAROLDO RODRIGUES FERREIRA pelo Sr. Deputado TADEU LÚCIO MACHADO.

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

N. 040/87

Artigo Único - O § 1.º do artigo 160, da Constituição do Paraná, é alterado, ficando com a seguinte redação:

"§ 1.º - Promulgada a Constituição Federal, a Assembléia Constituinte compor-se-á em comissões, para redigir e encaminhar o projeto, de acordo com o regimento especialmente criado para a elaboração da nova Constituição."

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Gernote Kirinus, Antônio Bárbara, Pirajá Ferreira, Paulo Furiatti, Alexandre Ceranto, Cândido Bastos, Ferrari Júnior, Rafael Greca, Luiz Alberto Oliveira, Pedro Tonelli, João Arruda, Anibal Khury, Antônio Costenaro Neto, Paulino José Delazeri, Ezequias Losso, Nilton Barbosa, Raul Lopes, José Felinto, Valderi Mendes Vilela, Amélia Hruschka, Lindolfo Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Caíto Quintana, Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos e Basílio Zannusso.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 23 da Constituição Estadual define que o processo legislativo compreende a elaboração de emenda à Constituição, e que poderá ser emendada por proposta da terça parte dos Membros da Assembléia Legislativa.

A presente proposta de emenda constitucional tem por objetivo modificar o § 1.º do artigo 160 da Constituição Estadual. Esta emenda substitutiva tem fundamento político-jurídico: não é admissível que apenas quinze Deputados, representando a proporcionalidade partidária, tenham o privilégio de elaborar o projeto de Constituição Estadual, derivada da futura Constituição ora em elaboração pela Constituinte.

A Emenda n. 25, que transformou os atuais Deputados em constituintes estaduais, adentrou em assunto que não deveria definir, pois o futuro projeto constitucional paranaense deverá ter a participação de todos os Deputados. Essa participação será definida pelo Regimento Interno da futura Constituinte Estadual.

A nossa iniciativa, inspira-se na idéia política dos Constituintes, que aboliu a idéia inicial da "Grande Comissão", e criou oito comissões, no Regimento Interno, o que permite a participação de todos os atuais constituintes.

Ademais, corrige-se uma injustiça que se cometeria contra os pequenos Partidos, em especial àqueles que possuem apenas um Deputado na Casa. Qual seria a representação proporcional de um Deputado? O próprio? Se assim fosse, teria a participação de 100%, logo não seria proporcional. Não

integrando a Comissão dos quinze, não teria participação alguma.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 128/86, que denomina trechos da PR-151.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1987.

(a) ACYR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. SOFIA GROXKO, falecida em Marcondes, município de Prudentópolis - PR.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1987.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosa-mente, REQUER que se registre nos Anais deste Poder, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor DOUGLAS NASCIMENTO CARDOSO e que, da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1987.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Fomos, lamentavelmente, surpreendidos pela notícia do falecimento do Senhor Douglas Nascimento Cardoso, aos 62 anos de idade, pai da Senhora Mayra Cardoso Sguarezi, esposa do Sr. Deputado Federal Nilso Romeu Sguarezi, ex-Presidente desta Assembléia e, do Senhor Osmar Tadeu Cardoso, funcionário desta Casa de Leis, deixando viúva a Senhora Enide Siqueira Cardoso e mais dois filhos, os Senhores Ronaldo e Douglas Cardoso Júnior, ocorrido no dia de ontem, nesta Capital.

A comunidade paranaense e, em especial, a comunidade pato-branquense, abaladas com o triste desaparecimento devem reconhecer, de público, os relevantes serviços prestados pelo Senhor Douglas em prol do povo daquele município sudoestino.

E, portanto, é mister que este Poder se associe às últimas homenagens prestadas nesta hora de luto e de dor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consig-

nado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DOUGLAS NASCIMENTO CARDOSO, ocorrido ontem, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 62 anos de idade, faleceu ontem, nesta Capital, o Senhor Douglas Nascimento Cardoso, uma das figuras mais importantes e respeitadas da cidade de Pato Branco, bem como de todo o Sudoeste. Pioneiro e desbravador daquela importante região.

O passamento do Sr. Douglas Nascimento Cardoso, Dudu, como era carinhosamente conhecido, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o grande círculo de amigos.

Deixou viúva a Senhora Enide Siqueira Cardoso e os seguintes filhos: Osmar Tadeu, funcionário desta Casa, Mãira, casada com o Sr. Deputado Federal Nilso Sguarezi; Ronaldo e Douglas Júnior; deixou ainda sete netos.

Ao longo da existência, as pessoas ou passam e desaparecem, sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente suas passagens pelas realizações de grandes feitos por características pessoais de bom relacionamento com a comunidade.

Senhor Douglas Nascimento Cardoso, a vida privou seus familiares de seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; nos corações dos amigos, sua eterna presença.

A Assembléia tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a Família Cardoso, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. DOMINGOS VIEIRA DOS SANTOS, ocorrido no dia 08.03.87, em Dois Vizinhos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Registramos, assim com incomensurável tristeza o falecimento do Sr. Domingos Vieira dos Santos, ocorrido no município de Dois Vizinhos, de tão prestante cidadão,

que como funcionário do Banco do Brasil, muito bem relacionado, o qual fez por merecer pelos serviços prestados ao município; sua morte deixa uma lacuna aos entes queridos e aos amigos que nunca cansou de fazer o bem em sua dignificante existência.

Os seus trabalhos foram sempre reconhecidos como profícuos, eis que Domingos Vieira dos Santos será sempre lembrado com carinho por todos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Vereador do PMDB de Dois Vizinhos, Sr. DORVALINO TOSI, fato ocorrido no dia 26 de março de 1987, na cidade de Dois Vizinhos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O extinto, pioneiro na abertura das fronteiras de Dois Vizinhos, foi líder político na localidade de Colônia Rica, a qual, com muito brilho, representou junto à Câmara Municipal de Dois Vizinhos, no período de 1977 a 1982. Colega que fui do extinto junto à Câmara, dou meu testemunho da dedicação, apreço e trabalho produtivo que fez em prol do município de Dois Vizinhos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao município de Palmeira, pela passagem dos 168 anos de emancipação política.

Outrossim, Requer que, da decisão da Casa, se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores: Prefeito Municipal Mussoline Mansani, ao vice-Prefeito Amadeu Margraf, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo Paranaense, cumprimentem a laboriosa população daquele Município.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos, nesta oportunidade, homenagear através da Assembléia Legislativa do Estado, a laboriosa população de Palmeira, que comemora os seus 168 anos de existência politicamente emancipada.

O Município de Palmeira completa ama-

nhã, seus 168 anos de fundação para alegria de seus filhos.

Quando Manoel José de Araújo fez a doação de terreno para a instalação da Freguesia Nova de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira, no dia 07 de abril de 1819, iniciou a história de Palmeira, que hoje pretendemos homenagear a culta e laboriosa população pelos seus 168 anos, homenagem esta, dedicada igualmente aos seus administradores de todos os tempos.

Com o correr do tempo, Palmeira foi crescendo e transformou-se em cidade, recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento bastante significativo, sempre marcado por muito esforço.

O desenvolvimento da Cidade, através dos anos, pela iniciativa privada, exigiu em contrapartida, esforços concentrados das administrações municipais, com execução de obras de infra-estrutura que objetivaram dar melhores condições de vida ao seu povo.

Com abundante energia elétrica, projetada o Município na vida econômica do Estado com um "rush" industrial que, aliado à modernização de sua agricultura e pecuária e, somados com esforços da população, formou-se uma das principais bacias leiteiras do Paraná, estimulando o pequeno proprietário rural e fixando o homem da terra como meta de valorização humana.

A passagem de seus 168 anos, representa muito mais que uma comemoração; é um evento que marca, além do seu registro histórico, uma Palmeira sempre renovada pela fibra de seu povo ao longo da história.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no art. 134, § 1.º, inciso VI, do Regimento Interno, o Deputado infra-assinado, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, conste da Ata da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. OTTO SANTOS CUNHA, pela sua reeleição como Presidente da Associação dos Municípios da microrregião dos Campos Gerais.

A referida eleição acentuou-se pela união de todos os prefeitos em busca do fortalecimento dos municípios da região, optando por unanimidade pela reeleição de Otto Santos Cunha, por entenderem ser ele a pessoa de maior capacidade para presidir aquele órgão.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada ao interessado.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Súmula: REQUER aprovação de voto de congratulações aos Senhores Prefeitos integrantes da Associa-

ção dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI, pela concessão do Título de Cidadão Honorário do Vale do Ivaí, ao Governador ÁLVARO FERNANDES DIAS.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Senhores Prefeitos integrantes da AMUVI - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, cumprimentando pela concessão do Título de Cidadão Honorário do Vale do Ivaí, ao Governador Álvaro Fernandes Dias, aprovado no último dia 28 de março de 1987, em reunião efetivada na cidade de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

É por todos conhecido o fato de que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Fernandes Dias, tão logo assumiu o governo, encontrou muitas dificuldades para serem vencidas. Reconhecemos que dentre todos os setores de atividades deste nosso Estado do Paraná, notadamente o setor de agropecuária apresentava maiores problemas.

Os pequenos e médios agricultores, vítimas primeiro dos fatores climáticos e, depois atingidos pelas altas taxas de juros, ficaram com suas safras comprometidas de modo que não puderam saldar seus débitos para com os bancos credores.

Agora, num gesto que merece aplausos de todos nós, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Álvaro Fernandes Dias, tomou medidas que garantem aos lavradores um tempo para respirarem aliviados, pois a dívida foi bancada pelo BANESTADO, fazendo com que aquela gente simples e humilde do campo, possa outra vez plantar e, o que é melhor, não perder as suas terras.

Tal medida veio ao encontro dos anseios de todos os que entendem serem os agricultores os heróis anônimos, dos quais todos precisamos.

É, pois, com satisfação, que pedimos a aprovação deste requerimento, para que este preito de reconhecimento chegue às mãos dos Senhores Prefeitos da AMUVI, responsáveis por esta honraria concedida ao Governador Álvaro Fernandes Dias, Cidadão Honorário do Vale do Ivaí.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de hoje, voto de congratulações à Fundação ABC, pelos dez anos de plantio direto nos Campos Ge-

rais do Paraná, comemorado na última sexta-feira, dia 03 de abril, num encontro técnico, realizado em Ponta Grossa.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Presidente da referida entidade, Franke Dejkstra, desejando que a continuidade no desenvolvimento desta nova tecnologia seja no futuro reconhecida pelo Governo.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de voto de congratulações pela comemoração de trinta anos da Polícia Florestal, no dia 4 transato.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao mencionado Batalhão da Polícia Florestal.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Desde sua fundação, em 4 de abril de 1957, o Batalhão da Polícia Florestal, com um efetivo de trezentos e oitenta homens tem como lema: "A Natureza também pertence aos que ainda hão de vir".

Ao longo destes anos, vêm exercendo sua missão legal "em cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais de proteção da fauna, da flora e do meio ambiente". Os guardas da Polícia Florestal realizam relevantes atividades, de caráter preventivo e repressivo, visando minimizar a caça e pesca ilegais, a derrubada indevida, a poluição e quaisquer outras ilicitudes referentes às leis protetoras da natureza; combatem incêndios florestais e também realizam ações de busca e salvamento.

O atual Comandante do Batalhão da Polícia Florestal, Tenente Coronel José Fernando B. de Mello, lembra a luta de todos: "Estamos conscientes de que cumprimos com proficiência nossa missão, contribuindo de maneira decisiva nesta relevante causa e nobre ideal de proteger a natureza e o meio ambiente, que entendemos ser um bem de inestimável valor, pertencente a todos."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de voto de congratulações à COCAFE - Cooperativa Agrícola de Astorga Ltda., pelos seus 25 anos de contínua atividade em favor do agricultor.

Outrossim, aprovado este requerimento,

dê-se ciência da decisão da Casa à mencionada Cooperativa.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de congratulações aos médicos legistas, pela passagem, nesta data, do dia em que se homenageia a classe.

O eficiente trabalho que os médicos legistas desenvolvem é de suma importância, principalmente na elucidação de crimes e, muitas vezes, em função de perícia realizada por esses profissionais é que provas são apresentadas para que o Judiciário possa exercer plenamente as suas elevadas funções.

Que da decisão da Casa, se dê ciência ao Instituto Médico Legal do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita a inserção nos Anais desta Assembléia, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pela posse da nova Diretoria da Associação dos Jornalistas de Finanças e Economia do Paraná, transcorrida no último dia 27 de março, em Curitiba, no Slaviero Palace Hotel.

Integram a nova Diretoria os Jornalistas:

. Pedro Domingos Ribeiro, da "Gazeta do Povo", Presidente;

. Samuel Guimarães da Costa, do "Caderno do Empresário", da Revista Panorama;

. Ilson Almeida, do Jornal "O Estado do Paraná";

. Luiz Afonso Juk, do "Canal 2, TV Curitiba";

. Alceu Rizzi, da "Gazeta Mercantil";

. Miriam Gasparim, do Jornal da "Indústria e Comércio";

. Almir de Lara, da "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

A inserção nos Anais de votos de congratulações e apreço, significará que a consciência política do Estado, representada nesta Casa, está atenta ao importante trabalho da Associação e dos ilustres jornalistas, na análise da conjuntura econômica e no permanente apontar rumos para a sociedade, pelo exercício democrático da análise científica e da crítica criteriosa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações pela iniciativa do Jornal "Correio de Notícias" em patrocinar campanha a favor da PAZ.

Atualmente, a maioria dos países se preocupam em manter acirrados os ânimos, alertando sempre sobre o perigo iminente de um conflito e, em nome da paz, procuram, cada vez mais estocar armamento suficiente para destruir o mundo várias vezes. A campanha encetada pelo referido Jornal, visa principalmente, o desarmamento dos espíritos dos cidadãos, para que tornem as suas vidas e a de seus semelhantes mais próximas da realidade, fazendo com que cada um se preocupe com o que está em sua volta e dentro de si.

Que da decisão da Casa, se dê ciência à Diretoria do Jornal "Correio de Notícias".

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção, em Ata, de votos de congratulações pela passagem nesta data, do "Dia do Jornalista".

Desnecessário dizer da importância social e política do exercício da profissão do jornalista que, em sua nobre missão de informar com correção todos os acontecimentos, conotando-os de acordo com as normas éticas e morais, fazendo-se com que prevaleça o senso de justiça na veracidade dos fatos noticiados.

Que da decisão da Casa, se dê ciência ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de votos de congratulações e manifestações de regozijo, pelo feliz evento que assinala a 07 de abril em curso, pela passagem do 168.º Aniversário de Fundação do promissor Município de Palmeira, extensivos às autoridades locais e a sua comunidade.

A solenidade que contou com a presença de representantes dos mais diversos segmentos da sociedade paranaense, foi também prestigiada pelos Excelentíssimos Senhores Doutor Manoel Sebastião da Silveira Filho,

Juiz de Direito da Comarca, Doutor Atanagildo Cordeiro Amaral, Promotor Público da Comarca, do Reverendíssimo Padre Pedro Renato Corlesso, Vigário da Paróquia e do representante do Legislativo Municipal, Vereador Aleixo Karas, Presidente da Câmara.

Desta decisão, Requer ainda, seja dado ciência ao Executivo e ao Legislativo Municipais.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Integrante de um Estado que tem no setor primário o suporte de sua economia, como fonte de rendas e divisas, não poderíamos nos furtar da satisfação de enaltecer o Município de Palmeira nos seus 168 anos de Fundação e a significativa contribuição emprestada ao desenvolvimento sócio-econômico do Paraná, decorrida desde sua fundação, a 07 de abril de 1819, quando ainda na condição de simples lugarejo, constituía-se em local de pousada de transeuntes dos mais longínquos rincões.

Em 05 de maio de 1869, é criado o Município de Palmeira, vindo a ser instalado em 1870.

Hoje, com uma população aproximada em quarenta mil habitantes, Palmeira conta com toda uma infra-estrutura, sete escolas de 1.ª a 8.ª séries, três centros sociais rurais e oito mini-postos de saúde, no meio rural, a par de uma crescente evolução no campo da indústria, do comércio e da agro-nomia, prerrogativa que o levou a ser apontado dentre os trezentos e vinte e cinco municípios mais desenvolvidos do País.

Contudo, a riqueza maior de Palmeira está assentada na tradição de seu povo, na sua história, que é em grande parte a história do Paraná, na hegemonia de seus costumes e de peculiaridades que lhe são próprias e que se refletem de forma marcante em cada filho seu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em Ata de um voto de regozijo aos moradores do Bairro de Santa Felicidade, pela realização de um plebiscito, no dia de ontem, com a finalidade de escolher o nome a ser dado ao trecho da nova avenida ligando aquele bairro à Av. Manoel Ribas.

Em função do resultado do plebiscito, que escolheu a denominação de "VIA VENETO" para o referido trecho, solicita-se o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, para que, atendendo à vontade dos moradores daquele bairro, envie Mensagem à Câmara Municipal

de Curitiba, acatando o resultado do plebiscito realizado.

Solicita-se também, que da decisão da Casa se dê ciência à Freguesia de Santa Felicidade.

Sala de Sessões, em 07.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a consagração de um voto de louvor aos Professores, SEBASTIÃO FERRARINI, JAYME FERREIRA BUENO, GOTARDO ÂNGELO GERUM e DOROTI MARIA GERUM, Coordenadores da ENSIPAR, pelo lançamento do 1.º volume da Enciclopédia Simbólica Municipalista Paranaense, devendo este voto de louvor ser extensivo aos Professores "FRANCISCO FILIPAK e MARIA DA LUZ CLOTILDE C. FILIPAK, pela elaboração, juntamente com os professores: Ferrarini e Gotardo Ângelo Gerum, acima nominados, da importante obra: "CALENDÁRIO CÍVICO-RELIGIOSO" editada pela extinta Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná.

Julgamos a presente proposta justa e oportuna por tratar-se de reconhecimento público do mérito daqueles que elaboraram e editaram tão importantes obras para o povo de nosso Estado.

Requer-se, ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência aos Professores acima citados, através da Secretaria da Educação.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Casa, de um voto de congratulações para a Professora IVONE MARÇAL MARANGON, Diretoria do Colégio Estadual João Paulo I, pelos trabalhos que vem desenvolvendo junto aos alunos daquele estabelecimento escolar, visando o aprendizado dos mesmos, para o perfeito entendimento sobre a necessidade da implantação da reforma agrária, usando técnicas baseadas em práticas de campo, envolvendo também a preservação de recursos naturais e cultivo de hortaliças.

Um País como o nosso, possuidor de milhões de quilômetros quadrados de terras agricultáveis, tem um enorme contingente de pessoas desnutridas, mal alimentadas e outras tantas, vivendo sob o regime de fome. Tudo isso é acarretado pela má distribuição da terra, com enormes áreas em mãos de poucos latifundiários é consequência da falta de uma política agrária que corrija

essas distorções.

Por outro lado, existe um verdadeiro preconceito em relação à reforma agrária que é manipulado e explorado de acordo com as conveniências daqueles cujos interesses seriam contrariados pela execução do plano da reforma agrária.

Uma das maneiras de vencermos esses preconceitos é através da educação das novas gerações, que não só se tornarão mais aptas para a realização de uma reforma no futuro, como também poderão influir a nível familiar nas atuais gerações amenizando essas renitências preconceituosas.

Esse exemplo da Diretoria da Escola João Paulo I, deve ser aplaudido e usado como modelo para que outras escolas sigam esses procedimentos.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja realizada nesta Casa, audiência pública, nos termos regimentais, em caráter prévio ao exame e discussão das comissões técnicas e do Plenário, sobre a Mensagem n. 32/87, oriunda do Poder Executivo, que trata sobre a Reforma Administrativa.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Rafael Greca, Anibal Khury, Antônio Belinatti, Ezequias Losso, Basílio Zanusso, Pedro Tonelli, Caíto Quintana, Alexandre Ceranto, João Arruda e Vera Agibert.

JUSTIFICATIVA:

A aguardada Reforma Administrativa do Estado, pela sua abrangência, vem despertando interesse de toda a sociedade paranaense. Até agora não foram apresentadas outras justificativas para o seu conteúdo, largo em objetivos, senão um encontro de natureza reservada entre algumas autoridades do Poder Executivo, e membros da Bancada do PMDB.

A audiência pública que requeremos permitirá que toda a opinião pública tome conhecimento do assunto, dando oportunidade ao Governo para justificar as medidas que a propõe e, aos representantes do povo, para examinarem o tema sob todos os seus ângulos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja constituída, em caráter de urgência, uma Comissão parlamentar Especial Interpartidária, para discutir, em mesa redonda, a viabilidade de estabelecimento de um Fórum

de Debates, com a presença de Prefeitos, Deputados Federais, Vereadores, Secretários de Estado e outros estudiosos municipais, para analisar a situação econômica dos municípios, objetivando o envio de sugestões às Comissões do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; à Sub-Comissão de Tributos, participação e distribuição das receitas; à Comissão da Organização dos Estados e à Sub-Comissão dos Municípios e regiões, da Assembléia Nacional Constituinte. Discutir e propor aos municípios medidas de racionalização administrativa, com orientação da Secretaria de Estado da Administração e Secretaria de Estado do Planejamento.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A crise econômica, sem precedente em nossa história, vivida pelos municípios brasileiros, resultante da concentração do poder decisório em mãos do Governo Federal, mormente nas questões financeiras, alijando a participação dos municípios no rateio das arrecadações nacionais, está a exigir urgentes medidas, no sentido de se corrigir as distorções existentes no nosso sistema tributário, pois, caso contrário, o processo de insolvência hoje existente irá, a curto prazo, inviabilizar a sobrevivência dos nossos municípios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Empresa "O Boticário", situada à Rua José Loureiro 350 - Curitiba, uma menção honrosa pela contribuição econômica que tem dado ao crescimento do Paraná, nos últimos dez anos.

Outrossim uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à homenageada.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado expediente urgente às autoridades abaixo nominadas, pedindo soluções que permitam a construção de muro de arrimo e calçada em toda área que circunda o terreno onde se encontra instalada a Escola Estadual "THEOBALDO MIRANDA SANTOS".

1. Governador Álvaro Dias;
2. Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobin Castor.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Em atenção à solicitação da Câmara Municipal de Maringá, apresentamos abaixo as seguintes considerações:

- A Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, se localiza bem próximo ao centro da cidade, ao lado do Parque do Ingá, mais propriamente na Zona Vila Operária, fato que impõe maior atenção por parte dos órgãos competentes, mormente no que concerne à manutenção de suas instalações;

- O referido estabelecimento de ensino foi fundado em 1959, constituindo-se em um dos mais antigos, contudo, encontra-se abandonado, sobretudo no que se refere à calçada e muro;

O mesmo estabelecimento congrega atualmente, oitocentos alunos, aproximadamente, matriculados na 1.ª a 8.ª séries, os quais enfrentam sérios problemas em dias de chuva, quando se forma um verdadeiro lamaçal na parte da calçada que não é coberta por matagal;

- A área pertencente ao passeio público está desprovida de calçada e muro, o que já foi motivo de várias reivindicações por parte do legislativo Municipal, da Direção daquele estabelecimento de ensino e, inclusive, de notificações da Prefeitura Municipal, no ano transato, sem que, entretanto, providências fossem tomadas;

- Na parte interna há cultivo de hortaliças, porém, por falta de muro, animais domésticos têm fácil acesso, em detrimento das plantações e em risco da saúde das pessoas que fazem uso de tais verduras. Tal deficiência será sanada com a construção de um muro.

Diante do exposto, o Deputado que subscreve, pede urgentes providências.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado o apoio desta Casa de Leis, à reivindicação da Câmara Municipal de Maringá, para construção de um edifício a fim de abrigar escola de 1.º Grau, no Parque das Grevíleas, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Existe atualmente um número elevado de crianças sendo transportadas de ônibus para frequentar aulas na Escola Municipal Vítor Belotti, fato que, além de proporcionar vários inconvenientes, causa muita preocupação às famílias, sobretudo no que se refere à integridade física das mesmas, as quais, diariamente, submetem-se ao risco de acidente automobilístico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, no sentido de que sejam implantados estabelecimentos de ensino de 1.^o e 2.^o Graus no CONJUNTO RESIDENCIAL SÃO SILVESTRE, PARQUE ITAIPU, e PARQUE AVENIDA, bairros estes componentes da Cidade de Maringá.

Tal solicitação respalda-se no fato de tais localidades constituírem-se em populosos subúrbios daquela Cidade, com uma concentração populacional significativa e clientela, na faixa escolar de 7 a 14 anos, que justifica plenamente a implantação de tais cursos.

A falta de estabelecimentos de ensino, naqueles bairros, obriga as crianças ali residentes a se deslocarem por grandes distâncias para frequentarem a escola, direito este que muitas vezes lhe é tolhido pela falta de recursos, ou de meios de transporte para que possam se locomover até os centros de ensino mais próximos.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, apelando no sentido de providenciar a instalação de um módulo policial nas proximidades das capelas mortuárias do Cemitério Municipal de Santa Cândida.

Ocorre que tem sido constante o assalto às pessoas que estão velando seus mortos nas mencionadas capelas, que se situam em lugar ermo e sem nenhum policiamento.

É de capital importância que a Secretaria de Estado da Segurança Pública, através de ações concretas, ponha fim aos problemas aqui relatados, permitindo, desta maneira, que condições de tranquilidade passem a existir aqueles que, por um transe do destino, para lá dirigem a fim de prestar solidariedade a seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando gestões junto ao Departamento de Estradas de Rodagem D.E.R. a fim de que envide esforços para o

cascalhamento e regularização do leito da Rodovia PR-340, que liga Ortigueira à Colônia Augusta Vitória, numa extensão de dez quilômetros, de fundamental importância para o escoamento de safras, pois que liga municípios, cuja economia e desenvolvimento têm na atividade agrícola seu principal suporte.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, após ouvido Plenário e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja formulado apelo à SANEPAR, através de seu Diretor Superintendente, encarecendo medidas urgentes quanto à mudança das lagoas de tratamento de esgotos, situadas na parte Sul da Cidade de Maringá.

O que se requer consiste em antiga aspiração dos moradores daquela região, que já não mais suportam o convívio com tais lagoas, constituindo-se o fato em motivo de constantes e justas reclamações.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, solicitando providências junto ao órgão de competência, no sentido de que se tomem medidas para a construção de 5 (cinco) salas de aula e/ou mais dependências no Colégio Estadual Irôno Moreira Nascimento - Ensino de 1.^o e 2.^o Graus, de Tibagi, dependências essas que se destinam à biblioteca, arquivo, depósito etc., visto que o Colégio encontra-se seriamente deficiente no que diz respeito ao aspecto espaço, fato que vem dificultando, sobremodo, o bom desempenho de suas atividades.

Saliente-se que o prédio onde funciona a Escola foi construído em 1950, para atender a uma clientela de aproximadamente cento e sessenta alunos. Atualmente o 1.^o Grau, de 5.^a a 8.^a Séries, conta com quatrocentos alunos matriculados, funcionando em três turnos; o 2.^o Grau com habilitação em Magistério e Básica em Comércio, tem cento e trinta e dois, totalizando, quinhentos e trinta e dois alunos, o que caracteriza a seriedade da questão presentemente exposta.

Finalmente, a estrutura do estabelecimento ainda é aquela de 1950, e, não obstante os esforços da sua Direção para solucionar o problema, valendo-se de todos os recursos possíveis e viáveis, o prédio em si, não está mais a oferecer as condi-

ções exigidas, considerando o número cada vez mais crescente de alunos.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEINZ GEORG HERWIG, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar estudos para o recapeamento asfáltico da estrada de CRUZ MACHADO, no trecho compreendido entre a entrada da Ponte Manoel Ribas, em União da Vitória e a BR-153.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A implantação de camada asfáltica no trecho compreendido entre a entrada da Ponte Nova, denominada Manoel Ribas, em União da Vitória, no sentido de Cruz Machado, até encontrar a BR-153, é o anseio não somente da comunidade de União da Vitória, como de toda a população dos Municípios vizinhos, especialmente de Cruz Machado, cuja estrada foi calçada com pedras irregulares, numa extensão de aproximadamente 3 km, cujo recapeamento asfáltico se faz necessário nos moldes do que foi executado na entrada de acesso à cidade de Paula Freitas.

A população que se utiliza daquele trecho de estrada vem encontrando dificuldades e transtornos para sua locomoção.

Encarecemos a determinação de estudos concretos e urgentes, para que sejam atendidas as justas reivindicações apresentadas pelos diversos segmentos da sociedade daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Douta Mesa, após ouvir o Augusto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, Doutor ROQUE ROBSON PIRACINE, solicitando, em regime de urgência, a implantação de uma estação de tratamento de água potável, no Distrito Gois Artigas, Município de Inácio Martins.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, bem como ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Distrito de Gois Artigas está pas-

sando por uma imensurável insuficiência sanitária, por motivo da inexistência de uma estação de tratamento de água.

É alarmante o clima epidêmico que a população vem sofrendo, em função da água impura que tomam. Inclusive nas Escolas Públicas foi constatado um grande surto de disenteria.

Aspiração antiga da população, a estação de tratamento de água virá trazer insosfismável progresso àquela região, pelo que contamos com o apoio irrestrito dos Senhores Parlamentares.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o encaminhamento ao Senhor Secretário de Estado da Educação, da documentação em anexo a que consta dos Ofícios números 196/87, 62/87 e 91/87, todos da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, 07.04.87.

(a) JOSÉ ALVES.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Of. n.196/87

Maringá, 18 de março de 1987.

Senhor Deputado:

Dando cumprimento ao Requerimento formulado pelo Vereador RICARDO ANTÔNIO BALESTRA, deferido pela Mesa, em Sessão Ordinária levada a efeito no último dia 17, solicitamos os bons préstimos de Vossa Excelência no intervir em favor da construção de muro de arrimo e calçada, em regime prioritário, em toda a área que circunda o terreno onde se encontra localizada a Escola Estadual "Theobaldo Miranda Santos", conforme ampla justificativa contida em documento apenso, emitido, posteriormente, todas as informações inerentes à referida Diretora, Senhora Professora Regina Célia Soares Barone.

Pelo valoroso atendimento, desde já antecipamos-lhe os melhores agradecimentos, externando, nesta oportunidade, os sentimentos de nosso apreço e elevada consideração.

Tércio Hilário de Oliveira

Presidente

Kazumi Taguchi

1. Secretário

Ao Exmo. Sr.

José Alves dos Santos

DD. Deputado Estadual

Assembléia Legislativa do Paraná

CURITIBA/PR

Senhor Presidente.

Considerando que a Escola Estadual "Theobaldo Miranda Santos" se localiza bem

próximo ao centro da cidade, ao lado do Parque do Ingá, mais propriamente na Zona 3, Vila Operária, fato que impõe maior atenção por parte dos órgãos competentes, mormente no que concerne à manutenção de suas instalações;

CONSIDERANDO que o mencionado estabelecimento de ensino foi fundado em 1.959, constituindo-se em um dos mais antigos, contudo se encontra a mercê do abandono, sobre tudo na parte referente a calçada e muro;

CONSIDERANDO que o mesmo congrega, atualmente, um número aproximado de 800 alunos, da 1.ª a 8.ª séries, os quais enfrentam problemas nos dias de chuva, quando forma verdadeiro lamaçal na parte da calçada que não é coberta por matagal;

CONSIDERANDO que a área pertencente ao passeio público está desprovida de calçada e de muro, em sua maior parte, em evidente demonstração de descaso dos Governos anteriores do Estado, que lhe deviam ter dispensado particular atenção no que concerne ao problema enfocado;

CONSIDERANDO que o problema atinente à falta de calçada já foi motivo de várias reivindicações por parte do Legislativo Municipal, da Direção daquele Estabelecimento de Ensino e, inclusive, notificações da Prefeitura Municipal, no ano transato, sem que, entretanto, providências fossem tomadas;

CONSIDERANDO que, na parte interna, há cultivo de hortaliças, porém, na falta de muro, animais domésticos têm fácil acesso em detrimento das plantações e pondo em risco a saúde das pessoas que usam tais verduras. Tal deficiência será sanada somente com a construção do muro.

Diante do exposto, o adiante firmado, Vereador com assento à Câmara Municipal, requer à Mesa se oficiem aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação, solicitando-lhes urgentes providências no sentido de determinar a urgente construção de muro e calçadas em toda a área que circunda o terreno onde se encontra locado a Escola Estadual "Theobaldo Miranda Santos", bem assim que sejam endereçados ofícios aos Deputados Estaduais eleitos por Maringá, solicitando-lhes interferência junto aos órgãos competentes, e à Diretoria de mencionada Escola, Professora Regina Célia Soares Barone, cientificando-lhe o presente posicionamento do Legislativo Municipal.

Sala das Sessões, aos dias 17 do mês de março do ano de 1.987.

Of. n.62/87

Maringá, 13 de março de 1.987

Senhor Deputado:

Atendendo ao requerimento formalizado

pelo Vereador Kazumi Taguchi, deferido pela Mesa, em Sessão Ordinária efetivada no dia 10 do corrente mês, solicitamos a especial fineza de V. Exa. no sentido de intervir em favor da construção de edifício para funcionamento de Escola de 1.º grau no Parque das Gravíleas - 3.ª Parte -, onde atualmente existe um número elevado de crianças sendo sendo transportadas de ônibus para frequentarem aulas na Escola Municipal Vítor Belotti, fato que, além de proporcionar vários inconvenientes, causa muita preocupação às famílias, sobretudo no que se refere à integridade física das mesmas, as quais, diariamente, submetem-se ao risco de acidente automobilístico.

Contando com as valiosas gestões de V.Exa, resta-nos a oportunidade de manifestar-lhe a expressão maior da nossa estima e legítima consideração.

Tércio Hilário de Oliveira

Presidente

Kazumi Taguchi

1.º Secretário

Ao Exmo. Sr.

José Alves dos Santos

DD. Deputado Estadual

Assembléia Legislativa do Paraná

Curitiba/Pr

Of.n.91/87

Maringá, 16 de março de 1.987

Senhor Deputado:

Dispensando o devido atendimento ao Requerimento formalizado pelo Vereador Ricardo Antônio Balestra, deferido pela Mesa, em Sessão Ordinária efetivada no dia 10 de corrente mês, solicitamos a especial fineza de V. Exa. no sentido de desenvolver amplas gestões em favor da implantação dos Cursos Técnicos em Agropecuária, Técnico Florestal e Técnico em Piscicultura nos estabelecimentos de ensino de 2.º grau de Maringá, pertencentes a Rede Estadual de Ensino, conforme justificativa contida em documento apenso.

Certos de que V.Exa. dispensará integral acolhida à presente reivindicação, resta-nos a oportunidade de expressar-lhe os sentimentos do nosso apreço e maior consideração.

Tércio Hilário de Oliveira

Presidente

Kazumi Taguchi

1.º Secretário

Ao Exmo. Sr.

José Alves dos Santos

DD. Deputado Estadual

Assembléia Legislativa do Paraná

Curitiba/PR.

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO que Maringá destaca-se como importante centro comercializador dos

produtos da terra e grande mercado consumidor;

CONSIDERANDO que, na agroindústria, destaca-se pela extração e refinação de óleo de soja, amendoim, milho e mamona, usina de cana-de-açúcar e álcool, laticínios e curtume;

CONSIDERANDO que destaca-se ainda no setor metal-mecânico e, na agricultura, o cultivo da soja, trigo, cana-de-açúcar, café, sorgo, algodão, arroz e feijão, além da criação de bovinos, suínos e aves, traduz seu elevado potencial econômico;

CONSIDERANDO que Maringá é também importante centro de estudos, pela existência da Universidade Estadual de Maringá;

CONSIDERANDO que a classe política, para honrar os seus compromissos públicos, deve lutar permanentemente em defesa da ampliação das oportunidades profissionais, sobretudo naquelas áreas em que o município esteja desguarnecido de maiores benefícios, como forma de oportunizar condições essencialmente satisfatórias a um maior desenvolvimento econômico, principalmente no tocante à produção agrícola;

CONSIDERANDO que Maringá polariza uma vasta e rica região, cujos municípios integrantes têm como sustentáculo a exploração da atividade agrícola, fator significativamente importante para o destaque de nosso Estado no cenário nacional da produção agrícola;

CONSIDERANDO que, em decorrência da própria situação econômica atravessada pelo país, os jovens oriundos de famílias pobres, um contingente proporcionalmente acentuado, mormente em termos de Paraná, não dispõem de oportunidade ou meios para frequentar um curso superior e obter a qualificação profissional tão almejada para progredir em termos financeiros e socialmente garantir uma posição de dignidade à família;

CONSIDERANDO que, em contrapartida, os próprios interesses estatais acabam sendo prejudicados, pela falta da mão-de-obra qualificada e tão necessária ao seu desenvolvimento econômico e social;

CONSIDERANDO que o ensino profissionalizante a nível de 2.º grau, embora não seja uma iniciativa amparada por determinados segmentos intelectuais, tem dado mostras da sua impreterível necessidade, principalmente dentro de um contexto que ainda não oferece perspectivas idênticas a classes sociais diferentes, exatamente pelo elitismo e privatização do ensino superior, na grande maioria dos municípios brasileiros;

CONSIDERANDO que o país deve lutar pelo desenvolvimento administrando uma metodologia de ensino que solucione, ainda que a título precário, não só as deficiências de ordem econômica de sua população, mas

também corrija as distorções advindas com a implantação da reforma do ensino;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Estado da Educação, interpretando as próprias deficiências encontradas no Paraná, vem buscando a implantação de um maior número de cursos profissionalizantes na Rede de Ensino do 2.º Grau, a exemplo dos Cursos de Técnicos em Agropecuária, Técnico Florestal e Técnico em Piscicultura;

CONSIDERANDO que o Técnico em Agropecuária é um profissional que orienta cientificamente os agricultores e pecuaristas na formação de lavouras e na criação e manejo de animais e, entre outras, suas atribuições consistem em atuar em atividades de extensão, associativismo, em apoio à pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; instalação de sistemas de irrigação e drenagem, locação de curvas de nível e outros métodos de conservação do solo; acompanhamento de plantios, aração, gradeação, tratos culturais, colheitas, uso de máquinas e implementos agrícolas; manejo de rebanhos, acasalamento de animais e pequenas cirurgias (descorna, castração, debicagem de aves, corte de dentes); elaborar projetos de valor não superior a 1.500 M.V.R, para efeito de financiamento de investimento e custeio pelo sistema de crédito rural, no âmbito restrito de sua habilitação; administração de propriedades rurais; acompanhamento na construção de açudes, canais e tabuleiros para captação e condução para irrigação; assistência técnica na aplicação de produtos agropecuários;

CONSIDERANDO que o maior mercado de trabalho dos Técnicos em Agropecuária está na assistência a propriedades agrícolas, às cooperativas agropecuárias, companhias de adubos, inseticidas e fungicidas, companhias de desenvolvimento agrário, granjas, fazendas, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições estatais e particulares;

CONSIDERANDO que o Técnico Florestal é o profissional que atua na exploração, produção e extração florestal, executando serviços específicos de implantação, manutenção e produção de mudas em viveiros florestais, além de manejar florestas naturais e artificiais; participar no planejamento de proteção e conservação de solos e florestas; participar de levantamentos topográficos, medições e inventários florestais; planejar, orientar e controlar serviços de extensão florestal, envolvendo trabalho florestal e treinamento de mão-de-obra; utilização e conservação de máquinas e equipamentos florestais; atuar em atividades de apoio à pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;

CONSIDERANDO que os técnicos Flores-

tais podem atuar em órgãos públicos federais, estaduais e municipais, instituições vinculadas ou privadas, companhias de reflorestamento, indústrias, cooperativas e fazendas, entre outros;

CONSIDERANDO que o Técnico em Piscicultura atua orientando na criação de peixes em açudes e correntes d'água e suas atribuições, respeitados os limites de sua formação, consistem, entre outras, em: participar na seleção de espécies; executar e divulgar programas de extensão pesqueiras junto ao pequeno produtor rural; realizar amostragens biológicas em rios e lagos; participar na elaboração de projetos técnico-econômicos; orientar quanto à alimentação, adubação, reprodução, cuidados quanto a predadores, épocas de captura; operar equipamentos de medição e aparelhos de pesca diversos; construção de açudes;

CONSIDERANDO que o Técnico em Piscicultura pode desenvolver suas atividades junto a propriedades rurais, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, Secretaria da Agricultura, Acarpa, empresas de energia elétrica, universidades, etc;

Isto posto, atendendo à própria orientação dos programas atualmente desenvolvidos pelo Governo do Estado do Paraná, o Vereador subscrito requer à Mesa sejam endereçados ofícios aos Exmos. Srs. Prefeito Municipal, Governador do Estado, Secretário de Estado da Educação, Deputados Federais e Estaduais, eleitos por Maringá, encarecendo-lhes a necessidade da implantação dos Cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico Florestal e Técnico em Piscicultura, nos estabelecimentos de ensino de Maringá, pertencentes à Rede Estadual de Ensino, inclusive com o conseqüente encaminhamento de cópia deste documento.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, aos dias 16 do mês de janeiro do ano de 1.987.

Ricardo Balestra
Vereador Autor

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando ligação asfáltica entre o Distrito de Teresa Breda e a Cidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O referido Distrito é bastante progressista, responsável por uma grande pro-

ductividade agrícola. Para melhor escoamento da produção agrícola daquela região, é necessária a ligação asfáltica com a Cidade de Barbosa Ferraz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DER), apelando no sentido de serem colocados redutores de velocidade na BR-376, no trecho compreendido entre o perímetro urbano do Município de São José dos Pinhais.

A solicitação justifica-se pelo intenso tráfego existente na área, com a excessiva movimentação de caminhões naquele trecho, aonde se localizam inúmeras indústrias o que acarreta a entrada e saída de pedestres, ciclistas e veículos. Acrescenta-se também a existência de um cemitério às margens daquela rodovia, fazendo com que os cortejos fúnebres tenham que atravessar aquela estrada.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando gestões junto ao setor de competência, a fim de que o Município de ORTIGUEIRA seja contemplado, com a brevidade que o caso REQUER com um micro-ônibus para o transporte de escolares, consideradas as razões expostas na justificativa anexa.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O município de Ortigueira tem uma grande área territorial, na qual reside aproximadamente 80% de sua população, constituída de trabalhadores de baixa renda, e onde se situa quase toda a rede escolar do Município, para atendimento às crianças que residem em pequenas propriedades não concentradas. Dada às distâncias, o micro-ônibus constitui-se não somente numa medida de segurança aos escolares, mas, e sobretudo, como ato de alto alcance social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo

Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando que o equipamento cinematográfico da sala de projeções do Palácio Iguazu que está sendo desativada, seja colocado à disposição da Federação Paranaense de Cinéclubes que desenvolve trabalhos com vista à fundação do Cineclubes dos Funcionários Públicos do Centro Cívico.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Cineclubes é uma entidade cultural, sem fins lucrativos, que presta atendimento e assessoramento a vinte e três cineclubes no Estado do Paraná. Os trabalhos atuais que a referida Federação desenvolve no sentido de fundar um cineclubes para os funcionários públicos do Centro Cívico serão facilitados com a doação ou empréstimo do referido equipamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz George Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando ligação asfáltica entre o Distrito de Pocinho e a Cidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Para melhor escoamento da produção agrícola daquela região, e melhorias no transporte de passageiros, é necessário que se faça a referida ligação asfáltica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando ligação asfáltica entre o distrito de Paraíso do Sul e a Cidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento do referido trecho de estrada, trará melhorias aos transportes de passageiros e ao escoamento da produção agrícola daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a ligação asfáltica entre o Distrito de Sussui, no município de Engenheiro Beltrão, com a PR-549.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Os moradores da região do Distrito de Sussui necessitam de melhorias nas condições de transporte de passageiros e escoamento da produção agrícola. O atendimento à presente contemplará o Distrito e as cidades da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a ligação asfáltica entre o Distrito de Bela Vista e a Cidade de Fênix.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Para melhorias no escoamento da produção agrícola daquela região, e no transporte de passageiros, os moradores da região do Distrito de Bela Vista estão reivindicando o presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando ligação asfáltica entre o Distrito de Ourilândia e a Cidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento do referido trecho de estrada é uma reivindicação dos moradores daquele distrito e região, visando a obtenção de melhores condições de transporte de passageiros e escoamento da produção agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário seja oficiado ao Exmo. Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, para que estude a viabilidade da construção do Cam-

pus Universitário da Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Universidade Estadual de Maringá possui uma clientela estudantil que ultrapassa a nove mil (9.000) alunos, além dos funcionários que prestam serviços nas mais diferentes áreas da Universidade.

A falta permanente de salas de aula é preocupação freqüente da administração que não consegue adequar o pequeno espaço físico construído a tantas necessidades.

Os equipamentos laboratoriais estão nos corredores por falta de espaço apropriado para sua instalação e utilização.

A biblioteca, que é uma das maiores do Estado, está locada num barracão, feita de parede pré-montada, que há dez anos venceu seu prazo de segurança, pondo em risco a integridade física dos alunos que dela fazem uso.

O terreno da Fundação Universidade Estadual de Maringá, não possui asfaltamento, obrigando ao corpo docente e discente a transitar por entre a espessa poeira que se faz em tempo de estiagem assim como a enfrentar o incômodo lamaçal que se apresenta em tempo chuvoso.

O Campus da F.U.E.M. não possui nem a metade da infra-estrutura que possuem os outros campus universitários do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente às Suas Excelências, os Senhores Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, sugerindo a pavimentação asfáltica da estrada que liga Serra dos Dourados, Santa Eliza, Alto do Café e Icaraíma.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A região compreendida entre Serra dos Dourados, Santa Eliza, Alto do Café e Icaraíma, possui uma atividade agropecuária de expressivo porte, que contribui com elevado significado à economia do Estado, apesar das dificuldades oriundas do tráfego precário, em razão da falta de pavimentação e a característica do solo, propício ao processo de erosão.

A pavimentação asfáltica da estrada que liga estas localidades viria a intensificar a atividade econômica, já bastante promissora, além de propiciar relevante economia à manutenção deste trecho, pelas

patrulhas mecanizadas do Estado e das Prefeituras envolvidas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica no município de Guarapuava, trechos dos Distritos de Palmeirinha, Campina do Simão, até o Distrito de Santa Maria, município de Pitanga, onde também beneficiará sobremaneira o Distrito de Jacutinga, totalizando 64 Km.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Pela grande área de produtividade que Guarapuava e região apresentam, com a produção de milho, cevada, soja, feijão, arroz, maçã e criação de bovinos e suínos, encontra-se com suas estradas intransitáveis pelo péssimo estado de conservação, fato que dificulta em muito aos produtores a retirada de suas produções para os centros consumidores, como também a falta de conservação de estradas de leitos naturais, onde as adversidades climáticas (chuvas em excesso), prejudicam muito as vias de acesso.

Necessário se faz a elaboração de um projeto para urgentes medidas que o caso REQUER, pois, com a referida pavimentação muitos benefícios trará, não somente aos produtores destas regiões, como também ao Estado, onde terá suas arrecadações aumentadas e um outro ponto a ser considerado, é com relação ao aspecto social, pois, com a construção desta estrada, o produtor terá maiores facilidades de locomoção e portanto, acesso a novas tecnologias que favorecerão seu bem-estar, e conseqüentemente fazendo com que ele se sinta incentivado a permanecer na sua atividade, evitando assim o êxodo rural.

Quanto aos dados agro-econômicos desta região, são os seguintes:

- DISTRITO DE PALMEIRINHA - quatrocentos e dezoito estabelecimentos produtivos, com produção estimada de 35.000 toneladas, com área produtiva de 17.000 ha. com 13.000 cabeças de bovinos e suínos.
- DISTRITO DE CAMPINA DO SIMÃO - oitocentos e oito estabelecimentos produtivos, com produção estimada de 20.000 toneladas, correspondente a uma área em torno de 11.000 ha., com 18.000 cabeças de bovinos e suínos.
- DISTRITO DE JACUTINGA - seiscentos e cinquenta e três estabelecimentos produtivos, localizados nas proximidades da estrada, em torno de quatrocentos estabele-

cimentos com uma produção estimada de 8.000 toneladas, equivalente a uma área produtiva de 4.000 ha.

- DISTRITO DE SANTA MARIA - 1.321 estabelecimentos produtivos no distrito inteiro, somente parte destes estabelecimentos serão influenciados pela construção desta estrada, e estima-se que 50% destes estabelecimentos serão beneficiados diretamente.

Sendo uma reivindicação justa e necessária, peço a aprovação dos nobres Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando gestões junto ao setor de competência a fim de que tome providências para o cascalhamento da estrada do Faxinal, trecho situado a uma distância de 25 Km de Arapoti, no sentido ARAPOTI-WENCESLAU BRAZ, numa extensão aproximada de 5 Km.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

É de salientar que o referido trecho está a merecer uma atenção maior de parte das autoridades constituídas, pois que há muito constitui-se em acesso de precaríssimas condições, oferecendo ao tráfego toda sorte de risco, particularmente em dias chuvosos, onde o seu leito sofre danificações providas da erosão, tornando-se, por vezes intransitável.

Analisados estes dados, há que se admitir que o cascalhamento em questão, será, s.m.j., a solução, de imediato, mais viável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, para um estudo da viabilidade de se traçar a Rodovia que liga Missal a Santa Helena, seja asfaltada passando pelos Distritos de Dom Armando, Santa Terezinha, São Roque, Lageado Morenon, Moreninha, Pacuri e Esquina Céu Azul.

Sala das Sessões, em 07.04.87

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma região de minilatifúndios que, com esse traçado passando pelos distritos mencionados, trará benefícios incontáveis, principalmente, para o escoamento dos produtos agrícolas, dos quais a

área é uma das maiores.

Será também a única oportunidade que esses distritos terão de serem integrados à malha rodoviária estadual por meio de vias pavimentadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, pedindo a implantação dos cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico Florestal e Técnico em piscicultura, nos estabelecimentos de ensino de 2.º grau no Município de Maringá.

1. Governador Álvaro Dias;

2. Secretário de Estado de Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor;

3. Prefeito Municipal de Maringá, Said Felício Ferreira.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Maringá destaca-se como importante centro de comercialização dos produtos da terra e grande mercado consumidor;

Na agro-indústria, destaca-se pela extração e refinação de óleo de soja, amendoim, milho e mamona, usinas de cana-de-açúcar e álcool, laticínios e curtume;

Destaca-se ainda, no setor metal-mecânico e, na agricultura, o cultivo da soja, tigo e cana-de-açúcar, café, sorgo, algodão, arroz e feijão, além da criação de bovinos, suínos e aves, traduzindo seu elevado potencial econômico;

Maringá é também importante centro de estudos, pela existência da Universidade Estadual de Maringá;

A classe política, para honrar os seus compromissos públicos, deve lutar permanentemente em defesa da ampliação das oportunidades profissionais, sobretudo naquelas áreas em que o município esteja desguarnecido de maiores benefícios, como forma de oportunizar condições essencialmente satisfatórias a um maior desenvolvimento econômico, principalmente no tocante à produção agrícola;

Maringá polariza uma vasta e rica região, cujos municípios integrantes têm como sustentáculo a exploração da atividade agrícola, fator significativamente importante para o destaque de nosso Estado no cenário nacional da produção agrícola;

Em decorrência da própria situação econômica atravessada pelo País, os jovens oriundos de famílias pobres, uma contingente proporcionalmente acentuado, mormente em termos de Paraná, não dispõem de oportunidades ou meios para frequentar cursos

superiores e obter a qualificação profissional tão almejada para progredir em termos financeiros e socialmente garantir uma posição de dignidade à família;

Em contrapartida, os próprios interesses estatais acabam sendo prejudicados, pela falta de mão-de-obra qualificada tão necessária ao seu desenvolvimento econômico e social;

O ensino profissionalizante a nível de 2.º grau, embora não seja uma iniciativa amparada por determinados segmentos intelectuais, tem dado mostras da sua impreterível necessidade, principalmente dentro de um contexto que ainda não oferece perspectivas idênticas a classes sociais diferentes, exatamente pelo elitismo e privatização do ensino superior, na grande maioria dos municípios brasileiros;

O país deve lutar pelo desenvolvimento administrando uma metodologia de ensino que solucione ainda que a título precário, não só as deficiências de ordem econômica de sua população, mas também corrija as distorções advindas com a implantação da reforma do ensino;

A Secretaria de Estado da Educação, interpretando as próprias deficiências encontradas no Paraná, vem buscando a implantação de um maior número de cursos profissionalizantes na rede de ensino do 2.º grau, a exemplo dos cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico Florestal e Técnico e Piscicultura;

O Técnico em Agropecuária é um profissional que orienta cientificamente os agricultores e pecuaristas na formação de lavouras e na criação e manejo de animais e, entre outras, suas atribuições consistem em atuar em atividade de extensão, associativismo, em apoio à pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; instalação de sistemas de irrigação e drenagem, locação de curvas de nível e outros métodos de conservação do solo; acompanhamento de plantios, aração, gradeação, tratamentos culturais, colheitas, uso de máquinas e implementos agrícolas; manejo de rebanhos, acasalamento de animais e pequenas cirurgias (descorna, castração, debicagem de aves, corte de dentes, etc.); elaborar projetos de valor superior a 1.500 (um mil e quinhentos) M.V.R., para efeito de financiamento de investimento e custeio pelo sistema de crédito rural, no âmbito restrito de sua habilitação; administração de propriedades rurais; acompanhamento na construção de açudes, canais e tabuleiros para captação e condução para irrigação; assistência técnica na aplicação de produtos agropecuários;

O maior mercado dos Técnicos em Agropecuária está na assistência a propriedades agrícolas, a cooperativas agropecuá-

rias, companhias de adubo, inseticidas e fungicidas; companhias de desenvolvimento agrário, granjas, fazendas, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições estatais e particulares;

O Técnico Florestal é o profissional que atua na exploração, produção e extração florestal, executando serviços específicos de implantação, manutenção e produção de mudas em viveiros florestais, além de manejar florestas naturais e artificiais; participar no planejamento de proteção e conservação de solos e florestas; participar de levantamentos topográficos, medições e inventários florestais; planejar, orientar e controlar serviços de extensão florestal, envolvendo trabalho florestal e equipamentos florestais; atuar em atividades de apoio à pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;

Os Técnicos Florestais podem atuar em órgãos públicos e federais, estaduais e municipais, instituições vinculadas ou privadas, companhias de reflorestamento, indústrias, cooperativas e fazendas, entre outros;

O Técnico em Piscicultura atua orientando na criação de peixes em açudes e correntes d'água e suas atribuições, respeitados os limites de formação, consistem, entre outras, em: participar na seleção de espécies; executar e divulgar programas de extensão pesqueira junto ao pequeno produtor rural; realizar amostragens biológicas em rios e lagos, participar na elaboração de projetos técnico-econômicos; orientar quanto à alimentação, adubação, reprodução cuidados quanto a predadores, épocas de captura; operar equipamentos de medição e aparelhos de pesca diversos; construção de açudes e seus cuidados;

O Técnico em Piscicultura pode desenvolver suas atribuições junto a propriedades rurais, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, Secretaria da Agricultura, ACARPA, empresas de energia elétrica, universidades, etc.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente urgente às autoridades abaixo nominadas, pedindo soluções que permitam a salvação do Rio Pirapó.

1. Governador Álvaro Dias;
2. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Dias;
3. Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Cleverson Vitório Andreoli.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Maringá, sugere a viabilidade de se firmar convênios com os municípios que fazem divisa com o Rio Pirapó, para o reflorestamento imediato das margens daquele manancial, tendo em vista as razões expostas adiante:

O Rio Pirapó é um dos muitos rios paranaenses ameaçados de morrer, tendo em vista o desmatamento descontrolado que ocorreu nos últimos anos, para dar lugar às lavouras, até as margens do rio, quando, além de degradar os solos, provoca a sua erosão, além de poluir completamente o rio, em razão dos agrotóxicos utilizados;

Em consequência, os peixes desapareceram, o Rio Pirapó se transformou em lodo, cheio de entulhos e perecido;

A exigência da conservação das matas ciliares é legal, prevista no Código Florestal, mas não é respeitada. Em razão disso, para fazer prevalecer a lei e ao mesmo tempo proteger a natureza, a ADEAM - Associação de Defesa e Educação Ambiental de Maringá, está realizando um levantamento de todas as propriedades rurais e agrícolas das regiões norte e noroeste do Estado, que estejam situadas às margens daquele rio, para notificá-los (proprietários infratores) a iniciar o reflorestamento de suas terras;

Há municípios, como Maringá, por exemplo que, através da Sanepar, utilizam e aproveitam das águas daquele rio para o abastecimento do Município; portanto, o rio não poderia estar poluído, para melhor servir a população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado o apoio desta Casa de Leis, às reivindicações da ASSIMAP - Associação das Indústrias de Derivados da Mandioca do Estado do Paraná - que hoje envolve 200 (duzentas) empresas e, diretamente, emprega aproximadamente 10.000 (dez mil) pessoas, o que, indiretamente, representa o sustento de cerca de 50.000 (cinquenta) mil paranaenses - as quais resumem-se nos seguintes itens:

- Liberação do preço da farinha de mandioca no varejo, a exemplo do que ocorreu com o feijão e arroz;

- Revisão urgente do preço mínimo da raiz;

- Liberação imediata de recursos da EGF da safra 86/87;

- Que o Banco do Estado do Paraná também efetue operações de EGF;

- Que o Conselho Monetário Nacional autorize o Banco Central a eliminar a correção monetária incidente nos contratos de custeio para a lavoura de mandioca de dois ciclos, contratados com a data anterior a 28.02.86, para que produtores com este tipo de financiamento não sejam preteridos em relação aos custeios de apenas um ciclo e aos custeios de outras culturas;

Que a correção dos preços mínimos seja efetuada até setembro de cada ano;

- Que os preços mínimos sejam corrigidos através da variação das LBC's.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Senhores Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, Governador do Estado do Paraná, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Presidente do Banco do Estado do Paraná e Diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor EDSON GRADIA, Digníssimo SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE ESPORTES DO ESTADO DO PARANÁ, sobre o que se segue:

O esporte é um aprimoramento físico saudável e lazer de grande parte da população paranaense e brasileira. Sendo que no esporte o futebol é a grande paixão do povo, diversão e empolgação popular, que precisa de maior apoio dos Poderes Públicos.

Isto posto, gostaríamos de obter as seguintes informações:

1.º - Face à existência do Campeonato Estadual de Futebol da categoria de Júniores (jovens amadores que estão se revelando), disputado nas preliminares dos jogos profissionais, organizado pela Federação Paranaense de Futebol, o que será feito em seu benefício?

2.º - Tendo em vista, em meados deste ano, o retorno das disputas do campeonato brasileiro de seleções estaduais de futebol, qual a contribuição que a Secretaria Extraordinária de Esportes dará à representação do Paraná?

3.º - Para o término das obras do Estádio do Pinheirão, que ajuda a Secretaria Extraordinária de Esportes do Estado do Paraná tem programada?

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor ADHAIL SPRENGER PASSOS, na qualidade de Vice-Prefeito e Presidente do IPPUC, parabenizando-o pela decisão de contratar oito pessoas portadoras de deficiência física motora, para trabalharem na Central Telefônica de Informações da Prefeitura Municipal de Curitiba.

JUSTIFICATIVA:

1. Tendo em vista a Lei Municipal n. 6409/83, de autoria do Vereador JORGE BERNARDI, onde consta que a Prefeitura Municipal de Curitiba deverá absorver 2% (dois por cento) de mão-de-obra de pessoas portadoras de deficiência física, do quadro total de pessoal, entre estatutários eceletistas;

2. Consoante o contido na Lei de n. 7875/85, de autoria do ex-deputado Estadual MÁRCIO ALMEIDA, que regulamenta sobre o aproveitamento dos portadores de deficiência física nos órgãos e repartições públicas.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Prossegue sem solução a greve deflagrada pelos professores da FADU e FACEU de Umuarama. Os docentes reivindicam um aumento para 80 cruzados hora/aula, enquanto que a APEC, entidade mantenedora das duas faculdades, não admite conceder um reajuste superior ao INPC. Por outro lado, a mantenedora vem afirmando que qualquer aumento dado aos professores redundará em repasse nas mensalidades dos estudantes.

Se isso ocorrer, a maioria dos estudantes estará na contingência de abandonar os estudos. Grande parte deles está na faixa de ganho de Cz\$ 2.000,00 e tem inúmeras despesas incluindo aluguel, ônibus e alimentação.

O quadro que está se delineando com o impasse criado entre professores e a diretoria da mantenedora é realmente preocupante. As faculdades em questão são responsáveis pelo ensino universitário em toda região próxima de Umuarama. Portanto, se não houver uma solução plausível, estará em risco a formação profissional de muitos jovens, que sem opção de estudos com condições de se manterem, abandonarão a faculdade, com sensíveis prejuízos para o Paraná.

Lamentavelmente, isto ocorre no momento em que o Governo do Estado procura implementar medidas para a melhoria da qualidade do ensino no Paraná, em todos os níveis, tentando resgatá-lo do deterioramento sofrido ao longo das últimas duas décadas, em que os Governos militares se preocuparam simplesmente em apresentar números estatísticos, com sacrifício do ní-

vel de ensino praticado no país, impondo-nos ainda a malfadada reforma "Passarinhesca", cujos resultados todos conhecemos.

A solução ideal seria a criação de uma Universidade Estadual na Região, ou a estadualização daquelas faculdades. Uma outra alternativa, a curto prazo, seria a mantenedora reduzir sua taxa de lucro, aumentando os professores sem nenhum repasse para os estudantes, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e cumprindo o seu verdadeiro papel social, ou seja, o de alavanca no desenvolvimento econômico e cultural da região.

Contudo, como urge uma solução, imediata, particularmente em relação às dificuldades dos estudantes, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Doutor Gilney Carneiro Leal, solicitando providências e empenho no sentido de amenizar a situação, adotando, como medida paliativa a oferta de bolsas de estudo aos alunos comprovadamente sem condições de suportar o pagamento das novas mensalidades.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja colocado em Regime de Urgência, o Projeto de Lei n. 32/87, oriundo de Mensagem do Poder Executivo n. 32/87, que trata da Reforma Administrativa no âmbito do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, DR. HEINZ GEORG HERWIG, para que sejam tomadas as providências necessárias, no sentido de se proceder à feitura de levantamento topográfico, projeto da obra e consequente pavimentação asfáltica das localidades abaixo relacionadas, ligando-as à Rodovia TAPIRA/DOURADINA:

TAPIRA/OURO VERDE: Trecho de 10Km (dez quilômetros).

- OURO VERDE/SANTA FELICIDADE: Trecho

de 10km (dez quilômetros).

- OURO VERDE/ALTO CAFÉ: Trecho de 07Km (sete quilômetros).

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se pelo fato de que a região que compreende os Municípios de Tapira e Douradina, é uma fonte praticamente constante de produção agrícola, contribuindo significativamente com a produção do Estado.

Porém, nas épocas em que referida região se vê assolada pelas chuvas, suas estradas ficam, praticamente intransitáveis, devido à formação de inúmeras bacias ao longo de todo o seu leito carroçável.

Este fato em muito prejudica o escoamento das safras daquela região, promovendo atrasos, com incontáveis prejuízos financeiros aos agricultores locais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, DR. HEINZ GEORG HERWIG, para que sejam tomadas as providências necessárias à obtenção de autorização para construção da ponte sobre o RIO IVAÍ, ligando os Municípios de TAPIRA/SANTA ISABEL DO IVAÍ.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação é levada a Sua Excelência, pelo fato de que encontram-se já aprovados os projetos e construção da citada ponte, e, por outro lado, a feitura da mesma irá trazer progresso e desenvolvimento para a região, pois que inúmeros veículos trafegam diariamente pelo local, constituindo-se a ponte, portanto, em anseio da população daquela localidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de ofício ao Ministro da Agricultura, Senhor IRIS RESENDE MACHADO, com cópias para a ABCS - Associação Brasileira de Criadores de Suínos e para a APS - Associação Paranaense de Suinocultores, apoiando as reivindicações formuladas a esse Ministério, pela Associação Brasileira de Criadores de Suínos.

Tendo em vista a autorização do Governo Federal para as recentes importações de carcaças de suínos, como também a normali-

zação do abastecimento de carne bovina, o suinocultor brasileiro passou a enfrentar uma série de dificuldades, que lhe trouxeram enormes prejuízos.

Para fazer frente aos problemas ocorridos, os suinocultores necessitam do respaldo do governo, garantindo a estabilidade e continuidade do processo produtivo.

Como solução de emergência para o impasse, os suinocultores de todo o Brasil, representados por seus órgãos de classe, pedem: a formação de um mínimo estoque regulador de mercado de carne suína, igual ao volume importado; revisão e garantia do preço mínimo do suíno com base nos custos de produção calculados pela Embrapa, concentrar esforços para abertura de canais de exportação da carne suína, retenção dos excedentes de milho para garantir o suprimento do setor na entressafra e a retenção de uma cota de farelo de soja para garantir atendimento da demanda interna.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua a Douta Mesa, após ouvir o Magnânimo Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública ANTÔNIO LOPES NORONHA, reivindicando, em regime de urgência, uma viatura policial para a Delegacia do Município de Palmital.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal JOÃO CECURA, bem como à Casa de Legislação Municipal.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

É com satisfação que trazemos a este Augusto Plenário a proposição de requerer-se uma viatura policial para a Delegacia de Polícia do Município de Palmital.

É lamentável que a Segurança tenha atingido um estágio tão lastimável no Município de Palmital.

A única viatura que existia, foi envolvida em um acidente de trânsito, que lamentavelmente vitimou um sargento da PM, destruindo-a completamente. Assim, quando se tem que acionar a Polícia, isto tem que ser feito através de veículos particulares, ocorrendo uma série de transtornos e dificuldades.

Além disto, as lideranças políticas daquele Município sofrem a pressão da população e por conseguinte repassam a preocupação a nós, que temos a honra de repre-

sentá-los nesta Casa.

No anelo de merecermos o apoio dos Senhores Parlamentares, antecipamos desde já o nosso muito obrigado.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica a Douta Mesa, após ouvir o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor Presidente da COPEL, Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, solicitando, em regime de urgência, a implantação de uma subestação da COPEL no Município de Palmital.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, bem como ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município beneficiado.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

É inadmissível a situação de instabilidade na Energia Elétrica de Palmital. Chegou-se a um ponto insustentável.

É um absurdo o número de aparelhos eletrodomésticos que se tem queimado nos últimos dias; as lanchonetes e bares do Município são obrigados a recorrerem ao prosaico "lâmpião", até o Posto de Saúde, que funciona precariamente à noite, é causa de desespero entre pacientes, médicos e enfermeiros; a pracinha no Centro da Cidade, que era freqüentada pela população, hoje está deserta e até mal-assombrada, pois as quedas prolongadas de Energia, inibem a população até de saírem de casa.

Por todo este desconforto, pelos prejuízos e pelo atraso no desenvolvimento sócio-econômico, a população exige que a COPEL tome uma posição definida e implante imediatamente uma subestação em PALMITAL.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica a Douta Mesa após ouvir o Magnânimo Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor Presidente da TELEPAR, Senhor Gilberto Geraldo Garbi, solicitando a imediata recomposição das linhas telefônicas no Município de Palmital.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, bem como ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município beneficiado.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

A propositura que ora trazemos à apreciação deste Augusto Plenário, tem razão de ser em função das linhas telefônicas de Palmital serem muito arcaicas e o sistema por demais seccionado, pelo tempo de existência, dificultando a comunicação.

Os postes e os cabos estão deteriorados, as caixas estão ultrapassadas e dificilmente poderá haver algum progresso em Palmital sem uma atenção especial por parte da TELEPAR.

Existe interesse da população na expansão da rede, mas como elaborar algum plano se nem a manutenção normal está sendo efetuada?

Por estes motivos, julgamos mais que justa esta reivindicação o que agradecemos o apoio dos nobres Parlamentares.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica a Douta Mesa, o envio de expediente, após ouvir o Magnânimo Plenário, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da COBAL, Doutor BAYARD RACHESKY OSNA, solicitando a implantação de um armazém distribuidor em Guarapuava, para prestar atendimento aos pequenos comerciantes dos Bairros e dos Distritos daquela região.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Prefeito Municipal NIVALDO PASSOS KRÜGER, bem como à Casa de Legislação Municipal.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

A implantação de um armazém distribuidor da COBAL em Guarapuava é antiga reivindicação do povo guarapuavano.

Os pequenos comerciantes simplesmente não podem penetrar até os produtores, pois os grandes atacadistas invadem com a imponência de suas quantidades, minimizando aqueles que dependem de qualidade, pouca quantidade e abastecimentos regulares.

Por outro lado, o Município de Guarapuava já tem mercado suficiente para comportar um Armazém distribuidor, haja vista suas reservas de produção estarem aumentando consideravelmente e, conseqüentemente, há também o aumento de pequenos e médios comerciantes que aspiram por esta realização.

Por julgarmos de extrema necessidade e carência a presente solicitação, apelamos aos companheiros ilustres desta Casa de

Legiferação Estadual, o apoio a esta proposição.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando asfaltamento no trecho da PR-364, compreendido entre Três Capões, Goioxim, Cavaco, Alto do Cobre e Marquinho, num total de 93 Km., e o trecho Cantagalo - Cavaco, com 32 Km.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A microrregião de Guarapuava compreende oito municípios, sendo que as principais atividades agropecuárias desenvolvidas pelos produtores são a produção de cevada, milho, soja, feijão, arroz, maçã, e criação de bovinos e suínos.

Sendo a região composta por municípios de grandes extensões territoriais, a dificuldade da retirada de suas produções para grandes centros, está cada vez maior devido ao acesso das estradas secundárias.

O Distrito de Goioxim conta hoje com 1.228 estabelecimentos produtivos, com uma estimativa de produção de 60.000 toneladas, e uma área de aproximadamente 30.000 hectares, com 26.000 cabeças de bovinos e 9.000 suínos. Vale ressaltar que este distrito está situado na divisa dos Municípios de Cantagalo e Guarapuava, e grande parte dele está em cada município.

O Distrito de Marquinho, tem 1.129 estabelecimentos produtivos, com produção estimada em 25.000 toneladas e uma área de 12.000 hectares, com 8.000 cabeças de bovinos e 5.000 suínos.

O Distrito de Passo Liso, tem 335 estabelecimentos produtivos, com uma produção estimada em 5.000 toneladas, população bovina de 5.000 cabeças e suínos 4.600 cabeças.

O atendimento dessa reivindicação fará justiça aos bravos e dinâmicos produtores dos Municípios de Guarapuava e Cantagalo e restaurará a esperança dos moradores de Três Capões, Goioxim, Cavaco e Marquinho, que até aqui, somente trabalharam em favor do Paraná, pouco recebendo do nosso Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, na forma regimental e após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor ÁLVARO DIAS, DD. Gover-

nador do Estado do Paraná, solicitando que seja imediatamente autorizada a licitação das obras para asfaltamento da Rodovia Guaragi-Teixeira Soares, completando a ligação Ponta Grossa/Irati.

A pavimentação da Rodovia Ponta Grossa/Teixeira Soares foi requerida por este deputado em 1983. Após diversas gestões realizadas junto ao Governo do Estado, o então Governador José Richa autorizou a elaboração do projeto e, em 1986, o ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos licitou o trecho Ponta Grossa/Guarani, cujas obras foram iniciadas no mês de fevereiro último e que deverão terminar em outubro deste ano.

Também em decorrência das gestões realizadas por este Deputado, o ex-Governador José Richa autorizou a construção de uma nova ponte em concreto sobre o rio Guaraúna, no trecho Guaragi/Teixeira Soares, em razão das péssimas condições de segurança apresentadas pela atual. As obras foram encerradas, e a ponte foi construída já prevendo o novo traçado da rodovia, não podendo ser utilizada sem que sejam realizadas as obras de terraplenagem num total de 3,5 Km entre Guaragi e o Rio Guaraúna, no sentido Ponta Grossa/Teixeira Soares.

Por isso, duas medidas devem ser tomadas pelo governo do Estado: 1.º) a licitação de todo o trecho Guaragi/Teixeira Soares; e, 2.º) de imediato, devem ser autorizadas as obras de terraplenagem e asfaltamento de 3,5 Km, entre Guaragi e o Rio Guaraúna, permitindo que a nova ponte possa ser utilizada de imediato, pois não se justifica que a mesma permaneça sem uso, enquanto a ponte velha oferece sérios riscos de vida aos usuários do trecho.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, para que providencie junto à Secretaria de Estado dos Transportes, que as estradas que interligam a BR-476 a Paula Ferreira, até o limite do Estado de Santa Catarina, via Barra do Pitinga, e a BR-476 ao Município de Rio Azul, via Turvo - Faxinal dos Elias, passem a ter a conservação do DER.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimen-

tais, REQUER, data vênua, após ouvir o Magnânimo Plenário, que a douta Mesa encaminhe expediente ao Dr. Roque Robson Piragine, Diretor-Presidente da SANEPAR, solicitando a implantação urgente de sistema de abastecimento, com água potável, no Distrito de Laranjal, Município de Palmítal.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara de Vereadores, bem como ao Excelentíssimo Sr. Laurindo Kaceniuk, Vereador representante do Distrito de Laranjal.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os moradores do Distrito de Laranjal estão inconformados com o descaso com que vêm sendo tratados pela SANEPAR.

Já foram feitas reivindicações anteriores e a SANEPAR enviou para Laranjal os técnicos que fizeram os devidos levantamentos. Com base neles, o projeto foi elaborado, julgado viável e a promessa era que, no final do ano passado, dar-se-ia a implantação do sistema de abastecimento, o que até o presente momento não foi efetuado.

É lamentável a situação em que se encontram os moradores de Laranjal; as crianças afetadas por verminose; constantes epidemias de moléstias adquiridas através de contaminação da água.

Além disto, pesa sobre nós, como legítimo representante daquele município, a cobrança das lideranças políticas daquela região, que não suportam mais esta situação.

Assim sendo, julgamos oportuna, inadiável e premente a implantação do sistema de abastecimento com água potável, imediatamente, em Laranjal.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Vereador Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, no sentido de dar apoio ao Projeto de Lei n. 176/86, de autoria do Vereador Aziz Domingos, em tramitação naquela Câmara, que dispõe sobre o horário do comércio, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.04.87.

(a) RAUL LOPES.

ACORDO COLETIVO PARA

ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

Entre o Sindicato dos Empregados do

Comércio de Curitiba, com sede nesta Capital, na Rua XV de Novembro, 1040, de um lado, autorizado pelos interessados, mediante pronunciamento em Assembléia Geral e na Convenção Coletiva de Trabalho firmada com o Sindicato dos Lojistas do Comércio e Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, de Maquinismos, Ferragens e Tintas, de Material Elétrico, no Estado do Paraná, aqui representado pelo seu Presidente, e, de outro lado, a Empresa..... estabelecida nesta Capital, na Avenida Cândido de Abreu, 127, aqui representada pelo seu Gerente em exercício, Sr., é celebrado o presente Acordo Coletivo, para alteração de horário de trabalho, o qual atende a vontade das partes e ao preceituado nos artigos 58/59, § 2º e 611, § 1º, e seguintes do título VI, da CLT.

CLÁUSULA 1ª - O horário de trabalho, que indistintamente se aplica a todos os empregados da firma....., que prestam serviços ao estabelecimento da Avenida Cândido de Abreu, nesta Capital, sem distinção de sexo e/ou idade, em decorrência desse Acordo, passa a ser o seguinte, perfazendo 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

a) de segunda a sexta-feira, início às 10:00 horas e término às 22:00 horas, através de revezamento, conforme escala de turmas anexa;

b) aos sábados, das 9:00 horas até 13:00 horas;

c) durante a semana, em ambos os expedientes, fica observado para fins legais, um intervalo de 15 (quinze) minutos, para café e/ou lanche, conforme revezamento;

d) nos sábados que antecederem as datas comemorativas (Pais, Mães, Páscoa, Namorados e Crianças) e nos dias 22 e 29 de novembro de 1986 e; 6, 13 e 20 de dezembro de 1986 (Natalinos), o expediente será até às 18:00 horas, para ambos os turnos;

e) nas semanas destas datas comemorativas, as empresas poderão modificar a escala, de tal forma a permitir que o trabalho nos sábados complete as 44 horas semanais; se ultrapassar 44 horas semanais, haverá pagamento de horas extras à base de 40% sobre o valor da hora normal.

CLÁUSULA 2ª - Nenhum acréscimo salarial é devido em decorrência deste Acordo, também nenhum prejuízo salarial advirá para os empregados com a atual jornada semanal de trabalho, se for inferior à que era observada na empresa antes da compensação ora contratada.

CLÁUSULA 3ª - Todos os empregados que forem admitidos para prestar serviços à empresa, sujeitar-se-ão ao horário e às cláusulas deste Acordo, porque a este darão sua adesão automaticamente, a partir de sua inclusão no quadro de pessoal da

empresa acordante.

CLÁUSULA 4. - Qualquer divergência na aplicação deste Acordo deve ser resolvida em reunião convocada pela parte suscitante da divergência, a designação de data, hora e local, para a reunião mencionada deve contar com a prévia anuência da outra parte.

PARÁGRAFO ÚNICO - Persistindo a divergência, a parte suscitante recorrerá à Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA 5.ª - para renovação deste Acordo, bem como sua revisão ou prorrogação, observar-se-á o seguinte:

a) Quanto a renovação, dependerá da manifestação da vontade expressa das partes acordantes, antes de finda a sua vigência, ouvidos os empregados em Assembléia convocada pelo Sindicato;

b) A revisão dependerá de prévia representação escrita ao Sindicato de metade mais 1 (um) dos empregados. O Sindicato, após ouvir a empresa, convocará a Assembléia para decidir sobre a revisão. Da deliberação da Assembléia será notificada a empresa;

c) A denúncia ou renovação dependerá de Assembléia convocada pelo Sindicato, a pedido da empresa ou da metade mais 1 (um) dos empregados.

CLÁUSULA 6.ª - Os funcionários que compõem a turma B (período noturno) farão jus ao fornecimento diário de lanche, gratuitamente, por parte do Empregador.

CLÁUSULA 7.ª - O prazo de vigência deste Acordo é de hum (01) ano, iniciando-se na data da assinatura. Será procedido o registro na Delegacia Regional do Trabalho.

E, por assim estarem de pleno acordo, as partes e contratantes firmaram o presente Acordo, na data abaixo mencionada, para todos os efeitos legais.

Curitiba, 29 de abril de 1986.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA
PROPOSIÇÃO N. 176/86

O VEREADOR AZIZ DOMINGOS, infra-assinado, no uso de suas atribuições, submete à apreciação da Câmara a seguinte Proposição:

PROJETO DE LEI

"Dispõe sobre o horário do Comércio"

Art. 1. - O horário de atendimento ao público dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços será o seguinte:

I - das oito horas às vinte e duas, de segunda a sexta-feira;

II - das oito horas às treze, aos sábados.

§ 1. - Aos domingos e feriados, é vedado o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, salvo os expressamente autorizados por esta lei ou por lei federal.

§ 2.º - Os supermercados poderão funcionar, de segunda a sábado, das oito horas às vinte e duas.

§ 3.º - No período de 20 de novembro a 24 de dezembro, bem como, nos que antecedem datas especiais de comemoração, os estabelecimentos comerciais poderão abrir aos sábados até às dezoito horas.

Art. 2.º - É liberado o funcionamento dos estabelecimentos que visem as seguintes atividades.

I - padarias, mercearias, açougues, lojas e feiras de artesanato, bancas de revistas e jornais, floriculturas, casas lotéricas, casas de discos, farmácias e drogarias;

II - restaurantes, confeitarias, sorveterias, bares, cafés e similares;

III - casas de hospedagens, hotéis e similares;

IV - postos de gasolina e estacionamento de veículos;

V - cinemas, teatros, boates, casas de diversões públicas e similares;

VI - administradores de imóveis, imobiliárias e locadoras de bens móveis;

VII - desenvolvidas em estabelecimentos cujo atendimento ao público é efetuado exclusivamente por sócios e seus familiares, até segundo grau de parentesco.

Art. 3. - Pela inobservância desta lei serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa no valor de quinhentos cruzados;

III - cassação de alvará de licença.

Parágrafo Único. O contencioso administrativo decorrente da aplicação das multas previstas neste artigo, obedecerá os procedimentos, competência e prazos da lei tributária.

Art. 4.º - O Prefeito concederá licença especial para abertura em horários não previstos nesta lei, MEDIANTE ACORDO ENTRE AS EMPRESAS INTERESSADAS E RESPECTIVOS EMPREGADOS, DESDE QUE HOMOLOGADO PELO SINDICATO PROFISSIONAL OU MINISTÉRIO DO TRABALHO, E, QUE O HORÁRIO PRETENDIDO ESTEJA ADEQUADO À JORNADA DE TRABALHO DESTES ÚLTIMOS.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) AZIZ DOMINGOS
Vereador"

DIÁRIO OFICIAL - ESTADO DO PARANÁ
Atos do Município de Curitiba

Atos do Poder Executivo
LEI N. 62824

Data: 04 de março de 1986.

Súmula: Dispõe sobre o horário de funcio-

namento externo, dos estabelecimentos comerciais e de serviços.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - O horário de atendimento ao público dos estabelecimentos comerciais e de serviços no Município de Curitiba obedecerá as disposições desta lei.

Art. 2.º - É livre o horário de atendimento ao público, observados os seguintes limites:

I - das 9:00 às 19:00 horas de segunda a sexta-feira;

II - das 9:00 às 13:00 horas aos sábados.

Parágrafo Único. Os supermercados, nos setores de alimentação e similares, poderão funcionar de segunda a sábado, das 8:00 às 21:00 horas.

Art. 3.º - É vedado o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços:

I - aos sábados, após as 13:00 horas e de segunda a sexta-feira após as 19:00 horas;

II - aos domingos e feriados nacionais, estaduais e municipais.

Art. 4.º - O disposto no artigo anterior não se aplica aos seguintes estabelecimentos:

I - restaurantes, confeitarias, sorveterias, bares, cafés e similares;

II - mercearias, açougues, lojas e feiras de artesanato, bancas de revistas e jornais, floricultura, farmácias e drogarias, cabeleireiros, barbeiros e funerárias;

III - hotéis e similares;

IV - postos de gasolina e estacionamento de veículos;

V - cinemas, teatros e casas de diversões públicas e;

VI - estabelecimentos cujo atendimento ao público é efetuado exclusivamente por sócios e seus familiares, até segundo grau de parentesco, na hipótese do item I do artigo terceiro.

Art. 5.º - O Executivo Municipal concederá licença especial para funcionamento em horários vedados nesta lei, sem ônus para a parte interessada, exceto domingos e feriados, mediante Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada entre os órgãos sindicais representativos, das categorias econômicas e profissionais do comércio.

Art. 6.º - Pela inobservância desta lei serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa no valor equivalente a 10 (dez) unidades fiscais de Curitiba (art. 7.º da Lei n. 5231, de 10 de dezembro de

1975).

§ 1.º - A pena de advertência será cominada quando se tratar da primeira infração;

§ 2.º - No caso de reincidência será aplicada multa pecuniária sem embargo, diante da continuidade, de cassação de alvará de licença.

§ 3.º - O contencioso administrativo decorrente da aplicação da multa pecuniária obedecerá os procedimentos e prazos da lei tributária.

Art. 7.º - Esta lei entrará em vigor no prazo de trinta (30) dias da data de sua publicação, revogada a Lei n. 6181, de 21 de novembro de 1980, e demais disposições em contrário.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 04.03.86.

(a) ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio do presente pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, para que seja determinado à CELEPAR, a prestação das seguintes informações:

1. Quantos funcionários foram demitidos pela CELEPAR, a partir de 15 de março de 1987?

2. Quais desses funcionários podem ser classificados como "fantasmas" ou ociosos?

3. A CELEPAR recorreu ao uso de empresas particulares de prestação de serviços na área de processamento de dados nos últimos quatro anos?

4. Em caso afirmativo, informar o nome das empresas, o valor dos contratos de prestação de serviços e os tipos de serviços executados.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

As demissões ocorridas na CELEPAR, em nome da reforma administrativa, quando recém-começa a tramitar nesta Assembléia um projeto de lei que estabelecerá parâmetros e diretrizes para a realização da reforma, configura-se como uma precipitação por parte de algumas empresas que correm o risco de comprometerem a seriedade dos propósitos da reforma proposta pelo Executivo.

Face ao exposto, é importante que tenhamos em mãos informações que nos permitam avaliar, na prática, como está se processando a reforma em questão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, o envio do presente pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido de serem prestadas as seguintes informações:

1. Quantos funcionários foram demitidos pela COHAPAR, a partir de 15 de março de 1987?

2. Apresentar uma relação dos funcionários demitidos, onde conste: nome, idade, data de admissão, função exercida por ocasião da demissão, função exercida no período anterior a 15/03/87, salário.

3. Quais dentre os funcionários demitidos podem ser considerados como "fantasmas" ou ociosos?

4. Qual a remuneração (salário + gratificações + verbas de representação, etc) do atual ocupante da recém-criada Diretoria de Programas Especiais?

5. Anexar cópia do curriculum vitae do cidadão indicado para ocupar a Diretoria de Programas Especiais.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se tramitando nesta Casa de Leis um projeto de lei, oriundo do Executivo propondo a reforma administrativa do Poder Executivo e assentando as premissas básicas que nortearão a reforma pretendida.

No entanto, conforme amplamente noticiado pela imprensa, a COHAPAR antecipou-se ao Governador e já demitiu cerca de quarenta funcionários, ao mesmo tempo em que cria uma nova diretoria regamente remunerada e ocupada por um médico-veterinário.

Todos esses fatos precisam ser melhor explicados para que possamos entender, na prática, como está se processando a reforma administrativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que este subscreve, ouvido o egrégio Plenário dos Deputados reunidos nesta Assembléia, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando o seguinte pedido de informações:

1. Estaria o Colégio do Distrito de Virmond com o diretor ausente?

2. Estaria o mesmo colégio, do mesmo distrito do Município de Laranjeiras do Sul, sem a secretária, mais interessada em seus negócios particulares?

3. Estariam os alunos entregues a uns poucos professores abnegados?

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

A comunidade escreveu a este Deputado com tais denúncias. (Carta ilegível).

PROJETO DE LEI N. 33/87 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS", com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José dos Pinhais é uma entidade privada de cunho filantrópico, que promove tanto a assistência social como a educação de menores de maneira indiscriminatória. Sob sua proteção encontram-se cinquenta e quatro crianças carentes, auxiliadas por esta mesma associação. De igual maneira, auxilia os pais destas mesmas crianças num melhor trato psicológico.

Esta entidade comprovadamente serve de maneira desinteressada à coletividade, visto o propósito a que se dispõe na ajuda a estas pobres criaturas desafortunadas pelo próprio destino, discriminadas pela nossa própria sociedade e que raramente encontram benevolência nos corações alheios.

Saliente-se o trabalho educacional e promocional realizado, diretamente junto às crianças, e, indiretamente, através de programas junto aos familiares, visando dar um atendimento mais amplo, de acordo com a característica com que se reveste o excepcional. Já que a educação do excepcional foge às regras com que se trabalha junto à criança normal, tendo estes primeiras necessidades frente àqueles.

Assim sendo, pelo justo caráter revestido na presente proposição, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação pelos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 34/87 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Declara de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL VICENTINA DE PEABIRU, com sede e foro na Cidade de Peabiru, Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade de fins filantrópicos, de caráter beneficente, educativo, cultural e de assistência social,

que tem por finalidade específica a assistência e a promoção humana de toda pessoa ou família em dificuldades, tanto no aspecto moral como material, garantindo-lhes um futuro sólido e digno na sociedade.

PROJETO DE LEI N. 35/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Escritoras e Jornalistas do Brasil - AJEB/Paraná, com sede e foro na Rua Professor João Cândido, 01, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil - AJEB, fundada em 08 de abril de 1970, é uma entidade apolítica, sem fins lucrativos, que visa incentivar a classe de jornalistas e escritoras. Suas filiadas, não somente são deste Estado, mas de todos os demais Estados da Federação, visto que a AJEB é uma entidade de âmbito nacional e internacional, estando interligada à AMPE - Asociación de Mujeres Periodistas Y Escritoras, com sede no México - DC.

A AJEB tem a sua Diretoria Nacional rotativa, transferindo-se de um Estado para outro de quatro em quatro anos, sendo o Paraná, atualmente, o Estado-sede da Diretoria Nacional.

Congregando escritoras de escol, muitas das quais são figuras exponenciais na literatura nacional, havendo, também, aquelas que militam ativamente em jornais e revistas editados no Paraná.

Objetiva incentivar a literatura e a criatividade de suas associadas através de Reuniões, Seminários, Assembléias e Congressos à nível Estadual, Nacional e Internacional, buscando divulgar os seus trabalhos, buscando o aprimoramento cultural e humano no intercâmbio de idéias e experiências.

Está integrada a entidades de indiscutível representatividade cultural, entre as quais citamos: Fundação Cultural de Curitiba, Academia Feminina Paranaense de Letras, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Centro Paranaense Feminino de Cultura, União Cívica Feminina, União dos Trovadores, Associação Nacional de Médicos Escritores e outros.

É, pois, uma entidade que merece o reconhecimento das autoridades deste nosso Paraná, pelo empenho que suas integrantes dispensam à preservação dos valores culturais do nosso Estado e do Brasil.

A exemplo de outros Estados que já sediaram a Diretoria Nacional da AJEB, e que a elevaram à categoria de entidade de utilidade pública, também desejamos que pelo presente Projeto de Lei, possamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares para que a AJEB-PARANÁ, seja assim reconhecida.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Luiz Antônio Setti.

O SR. LUIZ ANTÔNIO SETTI - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: (Lê):

"Todos aqui presentes possuem plena consciência da grave crise que afeta os brasileiros. Uma crise sem precedentes em nossa História. Crise maldita, herança do passado. A todos afeta e desfaz os sonhos maiores da Nação. A nós políticos, cabe nesta hora não apenas a difícil tarefa de administrar, buscando soluções, mas principalmente combater, com todas as forças, os atos e fatos geradores da referida crise.

Mais do que nunca, é preciso combater o processo inflacionário, que volta a corroer o tecido social da Nação, prejudicando o dinamismo de diversos setores produtivos de nossa economia, sobretudo a agricultura, de significativo peso na formação do produto interno bruto brasileiro e de grande importância, até mesmo histórica, para os paranaenses.

O agricultor precisa sentir que caminhamos ao seu lado. Precisa saber que como homens do povo, nos orgulhamos da safra recorde, na marca de sessenta e três milhões de toneladas, justamente no momento em que os incentivos diminuem.

Porém, o Governo brasileiro não pode mais expor o agricultor às dificuldades inaceitáveis. Como pode nossa agricultura competir no exterior, ou até mesmo sobreviver, se diversos produtos importados são isentados de impostos? E existem ainda os produtos importados vendidos com subsídio do mercado interno. Enfrentamos, dentro do nosso País, uma concorrência desumana e desleal. Por outro lado, enquanto governos dos países concorrentes colocam seus produtos com preços competitivos no mercado internacional, motivados pelos subsídios lá existentes, o governo brasileiro, inexplicavelmente, taxa nossas exportações. Outras vezes, até as proíbe de maneira sumária.

Valem as perguntas: será que a nossa agricultura é responsável por nossa dívida externa? ou ainda: os agricultores deverão arcar, sozinhos, com todos os abusos cometidos em todas as épocas? Como pode o agricultor olhar para a frente, se sua sa-

fra não tem lugar para ser armazenada? O que pode esperar do dia de amanhã se não possui garantia de comercialização? Precisamos unir nossas vozes para clamar por preços justos e garantia na comercialização, com o Estado exercendo uma política agrícola séria. Não podemos mais permitir um mercado sem estabilidade.

Queremos juros compatíveis e não aviltantes. O agricultor não agüenta mais o fato de precisar vender sua safra por qualquer preço, pressionado pelo mercado financeiro, que emprestou a juros de 10% ao ano, e que tenta receber juros na ordem de 1000%.

Não apenas a classe produtora, mas todos os homens e mulheres responsáveis deste País reivindicam uma política agrícola levada a sério. Garantia para a produção e mercado para exportação devem ser pontos básicos. Só assim poderemos pensar em aumentar nossas reservas financeiras.

Sou homem do campo e, como tal, presenciando a descapitalização progressiva do agricultor que, na esperança de dias melhores, tem feito o possível, sem medir esforços para a valorização da classe produtora. Além de enfrentar os problemas climáticos, tem sido alvo da agiotagem oficializada, mas mesmo assim não desiste, pois aprendeu a ganhar o pão através do seu suor e não sentado em uma cadeira, como fazem os banqueiros, que presenciam e se divertem com o empobrecimento do agricultor, pois só se interessam no lucro fácil, enchendo seus cofres com o resultado de juros extorsivos.

Para encerrar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, faço desta tribuna um apelo aos governantes desta Nação, no sentido de que o trabalho do produtor rural seja valorizado e a especulação e agiotagem sejam repudiados em todos os instantes."

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Cândido Bastos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Sr. Presidente, Sr. Secretário e demais Parlamentares. (Lê):

"Ocupo neste instante, a palavra para defender a tese da nova perspectiva defendida pelo nosso Governador Álvaro Dias de incrementos aos pólos econômicos naturais do Estado, esta que será uma nova meta para o desenvolvimento industrial.

Esta tese, já defendida em 1970, pelo nosso então Prefeito Municipal de Guarapuava, Nivaldo Krüger, que como Presidente da Comissão da Agricultura e Desenvolvimento da Câmara Federal, já acreditava que

seria um verdadeiro dique para o nosso Estado, a incrementação de pólos naturais, impedindo que produtos e recursos vão e voltem em ir e vir oneroso para todos.

Como representante de Guarapuava não poderia deixar de enfatizar sua importância, pois, com a construção de pólos naturais, seria para a nossa região altamente benéfica, para a comercialização fácil de seus produtos, pelo crescimento de serviços e por tudo mais que acompanha um centro de desenvolvimento. Pois, Guarapuava sendo o terceiro exportador do Estado, onde os recursos se evadem por falta de programas de investimentos e estando bem preparada para acoplar imediatamente a um programa estadual e, conseqüentemente, a um programa federal, de desenvolvimento descentralizado.

Venho até esta tribuna, defender a liberação de recursos imediatos, pois conseqüentemente assim, solucionaremos os problemas atuais, como evasão de recursos por falta de programas de investimentos e de projetos adequados, combatendo também a grande concentração de cidade industrial.

Combateremos também, a penetração de outros Estados que nos fornecem matérias existentes aqui, e que por falta de recursos não temos condições de atender a demanda. Um exemplo bem significativo acontece em Guarapuava, que hoje é o maior pólo silvícola do Estado, com a maior concentração de árvores plantadas, com várias fábricas de papel e no entanto, importa celulose e esbanja grande parte desta floresta, devido a falta de uma fábrica de celulose, a qual sem dúvida alguma significaria além de milhares de empregos, uma grande economia para o nosso Estado.

Outro exemplo bem significativo, é o fato do Paraná não ter um único lanifício, quando possui um rebanho de trezentas mil ovelhas, o que significa seiscentos mil quilos anuais de lã. Enfatizo também, o caso da maçã, a qual estamos tendo uma perda de quase três mil toneladas, pela ausência de industrializantes de aproveitamento dessa matéria-prima.

Outro problema grave, seria a transformação de cereais como o milho, soja e trigo. No caso do trigo, ele é industrializado fora do Estado, servindo um programa que não atende aos nossos interesses.

Temos, portanto, que incentivar a construção desses novos pólos e não posso deixar de enfatizar e estimular os pecuaristas a aderirem ao programa de construção de silos forrageiros, iniciativa esta conjunta com a Prefeitura Municipal e Cooperativa Agropecuária Mista de Guarapuava - COAMIG, tendo em vista, a necessidade de ensilar forragem dos criadores de gado leiteiro.

Portanto, nós ficamos preocupados e passamos por esta tribuna, com estas breves palavras, para registrar nossa preocupação com a incrementação dos pólos econômicos naturais do Estado, no incentivo à liberação de seus recursos imediatos."

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, inscrito.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, neste momento da Constituinte, de renovação por que passa o Brasil e o Paraná. E num momento digno e honrado, quando hoje tivemos a oportunidade de ouvir o Governador Álvaro Dias colocando a verdade na consciência de todos os paranaenses, e tomando decisões que enobrecem a classe política e resgata a dignidade da ação política.

Dentro desse espírito novo, estamos encaminhando à Mesa, uma proposta de emenda constitucional que visa também trazer aqui o novo dentro daquilo que é dinâmico e soberano no espírito da Constituinte.

Sabíamos nós, que havia na Câmara Federal o espírito da grande comissão constitucional; esta teria o objetivo de elaborar o projeto da Constituinte para o Brasil. Mas os fatos, a dinâmica, a soberania, a vontade popular fez com que a idéia da grande comissão fosse enterrada por ser ultrapassada pelos tempos novos que irão advir com a nova Constituinte.

E aqui no Paraná, nós tivemos a Emenda Constitucional n. 25, que em seu parágrafo primeiro, dava o encaminhamento para elaboração do Projeto Constitucional.

Dizia esse parágrafo 1º: - (Lê): "Iniciados os trabalhos da Legislatura, será constituída Comissão Especial de quinze membros, com representação proporcional dos Partidos Políticos, para redigir ou encaminhar ao Plenário, o Projeto segundo o Regimento por ela elaborado."

Estamos propondo que este parágrafo primeiro, elimine a Comissão dos quinze Deputados Estaduais. Por quê? Para que seja permitido que todos os Deputados participem do Projeto Constitucional paranaense, assim redigido:

(Lê): "Promulgada a Constituição Federal, a Assembléia Constituinte compor-se-á em Comissões para redigir e encaminhar o Projeto, de acordo com o Regimento especialmente criado para a elaboração da nova Constituição."

Poderão os Srs. Deputados argumentar de que esta Emenda vem de encontro a uma Emenda recentemente promulgada. Mas, é preciso que todos nós tenhamos a consciên-

cia de que os tempos são novos, dinâmicos e soberanos, sob a inspiração da Constituinte, que é a criação de novas estruturas, a elaboração de novos princípios políticos, jurídicos, econômicos e sociais para a Nação e para o Paraná.

E, antes que sejamos atropelados pelas propostas ultrapassadas, é que nos adiantamos com o apoio dos Srs. Deputados, creio eu, aprovaremos esta Emenda, e aqui quero prestar o meu depoimento ao nobre Deputado Ezequias Losso, que teve também esta idéia, pensando, principalmente, nos pequenos Partidos que não teriam a garantia da participação proporcional na elaboração do projeto constitucional paranaense.

Devemos pensar que estamos em tempo de Constituinte e, como tal, todos somos responsáveis pelo encaminhamento das propostas que, certamente, virão da sociedade paranaense. Essa sociedade que se compõe, também, sem dúvida alguma, dos pequenos partidos aqui representados, que devem ter vez e voz na sua nova elaboração da nova Constituinte paranaense.

A minha homenagem ao Sr. Deputado Ezequias Losso, que já manifestava também esta preocupação e que, conosco, contribuiu na elaboração desta emenda que, espero, seja por todos aqui analisada e, concretamente elaborado um projeto Constitucional paranaense que tenha inspiração de vida nova, da justiça, da liberdade, onde o povo, em sua grande maioria, tenha vez sob o emblema da Justiça e da Liberdade.

Muito obrigado.- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Governador do Paraná, Álvaro Dias, do PMDB por inteiro, PMDB que completa a sua maioridade, os seus vinte e um anos, neste ano de 1987, mas, cuja maioridade se ressalta pelos fatos, pelos atos e pela história deste tempo.

Hoje, em Palácio, Prefeitos, Vereadores, Deputados reunidos com o Governador, ouviam o propósito corajoso e firme da proposta de um governo para a maioria do povo do Paraná. Coragem em verdade de se aplicar na prática o discurso de campanha avaliado por milhares de paranaenses através do seu voto.

O que desejam esses paranaenses, senão a gerência honesta do dinheiro do povo voltado para a maioria, hoje tão desconfiada dos políticos? A política moderna é aquela que tem a ousadia de transformar, verdadeiramente, uma realidade, infeliz-

mente construída de pedra sobre pedra para beneficiar a minoria que sempre se vale do poder, a elite, os apaniguados. Ousadia, inclusive, se necessário, para desafiar essa minoria que detém o poder econômico em detrimento da maioria desassistida e humilhada, empobrecida, desacreditada. Algumas medidas populares que o Governador Álvaro Dias vem tomando, e hoje anunciou, representam apenas o início de uma série, não somente para resgatar a credibilidade política, mas, também, para justificar o ato de governar um povo, um Estado.

O cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal, ordenando o retorno ao trabalho, de funcionários do Tribunal de Contas aposentados precocemente, tantas vezes condenado em palanque desde 1982, transformada em alguns casos em carro-chefe de campanha eleitoral de muitos Deputados. Pois, o Supremo Tribunal Federal ordenou ao Governo do Paraná, que cumprisse a decisão, e Álvaro Dias cumpre essa decisão que é mais que um direito constitucional, é um compromisso com o povo. A determinação de executar o Grupo Atalla, que deve aos cofres do Paraná mais de 100 milhões de dólares.

Deputado Rafael Greca, no Grande Expediente do PDT, nós podemos dialogar.

A determinação de executar o Grupo Atalla que deve ao Paraná 100 milhões de dólares, não espanta quando vem de um Governador comprometido com o povo e que conhece a realidade de milhares de pequenos agricultores que se empobrecem a cada dia, e que não encontram guarida e, muitas vezes, apoio político como encontra esse grupo poderoso que se vale do dinheiro do povo.

As medidas do Governador Álvaro Dias, anunciadas firmemente não representam apenas o discurso, representam, sobretudo, atos, fatos, e a vontade política efetiva de governar o Paraná com as propostas políticas e com o povo que o elegeu.

Muito obrigado, Senhor Presidente!
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

Ausente, com a palavra o Senhor Deputado Raul Lopes.

O Sr. Gernote Kirinus: (Pela Ordem) -. Eu havia solicitado minha inscrição no Pequeno Expediente e já estava tomado o espaço. Pediria, se fosse possível, inscrever-me agora, na sequência, na ausência do Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Nós temos as inscrições dos Senhores Depu-

tados David Cherigate e Nilton Barbosa. O Senhor Deputado Nilton Barbosa preferencialmente.

Com a palavra o Senhor Deputado Raul Lopes, por cinco minutos.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"É inegável que o País passa por um momento muito difícil!

Após um período de euforia, até certo ponto exagerada, causada pelo Plano Cruzado, verifica-se, hoje, uma situação diferente, delicada e preocupante!

É importante que se saliente que o Plano Cruzado trouxe para muitos a sensação de que todos os problemas brasileiros estavam resolvidos.

O consumismo exagerado bem demonstrou que muitos imaginaram que a riqueza chegara como que num passe de mágica, contrariando alguns princípios imutáveis da economia!

Hoje, o próprio governo federal, na pessoa do Ministro Dilson Funaro, reconhece, humildemente, que houve erros no desenrolar do Plano Cruzado!

O redirecionamento da economia tem trazido preocupações a nível individual e a nível grupal.

Verifica-se que o desencontro entre patrões e empregados no que tange a salários tem sido causa para o surgimento de inúmeras greves, as quais, na maioria das vezes, causam sérios problemas para a economia brasileira!

Enalteça-se, principalmente, no Estado do Paraná, o papel dos Órgãos de Segurança, em particular à Polícia Militar, a qual tem demonstrado preparo e autocontrole mesmo diante de provocações dos mais exaltados!

Observa-se que o povo brasileiro deseja uma maior fiscalização em todos os setores!

A repercussão do programa "Globo Repórter", apresentado na quinta-feira próxima passada, dia 2 de abril, foi muito acentuada!

Funcionários fantasmas, altos salários, acúmulo de cargos encontrados em alguns Estados, realmente, atingem o bolso e o coração de cada brasileiro!

No Estado do Paraná verifica-se o trabalho da equipe do Governador Álvaro Dias dirigido com seriedade e competência!

Busca-se uma maior produtividade através de um controle mais aprimorado.

A reforma administrativa busca uma maior racionalização do trabalho dentro do Estado!

Atravessa-se uma fase difícil! É importante entretanto, que o bom senso se faça presente em todos os momentos!

Cada brasileiro, independentemente de

paixões partidárias, deve apresentar sua contribuição através da crítica construtiva e principalmente, com seu valioso trabalho!

A responsabilidade de se fazer deste País um gigante é de todos!

Não será com depredações, com agressões e violência que serão resolvidos os problemas brasileiros.

Somente a crítica ao que passou, não propiciará impulso ao progresso.

É preciso trabalho sério e responsável de todos.

Tem-se responsabilidade muito grande para com as futuras gerações.

Ninguém deseja que num futuro bem próximo, um filho lance sobre o pai a culpa por existir um País sem estrutura e sem as mínimas condições de sobrevivência!

Devemos oferecer aos nossos filhos um Brasil muito melhor do que aquele que recebemos dos nossos pais!

A soberania do Brasil deve, sempre ser vista como intocável.

É questão de honra e de patriotismo zelar para que o País continue soberano; esta tarefa é de todos os brasileiros.

É hora de unirmos forças! É hora de apoio a um Governo que busca soluções para os problemas econômicos mesmo após uma experiência que apresentou pontos negativos.

É hora de iniciarmos no lar, no local de trabalho, na empresa na indústria, no campo e nas cidades, um pacto muito sério de trabalho e de amor à Pátria!

É importante que a fé e o ânimo afastem a descrença e a desmotivação.

Todos devem participar da História de seu País! Apenas assistir ao seu desenrolar, é cômodo, porém, nada patriótico.

Ressalte-se, ainda, que a Nova República só subsistirá com ordem e segurança.

Não temos dúvidas de que sem estes dois pressupostos, as alterações radicais poderão surgir.

A liberdade conquistada com a democracia é algo muito importante, não pode ser desprezada ou tratada sem seu devido valor.

O Brasil precisa de todos!

Não apenas da crítica mas, também, da compreensão e do trabalho.

Derrotado é aquele que perdeu a fé!

Com certeza, em pouco tempo, mostraremos ao mundo o que um povo trabalhador é capaz de fazer para seu País!

Já ultrapassamos tantas barreiras difíceis! Ao longo da nossa história não será agora que demonstraremos fraqueza!

Nossos filhos confiam no nosso trabalho e nas nossas ações responsáveis.

O Brasil é muito maior do que podemos imaginar! "

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O PMDB considera imprescindível uma profunda mudança na política e na estrutura agrária do País. Deseja que a agricultura tenha por objetivo primordial alimentar os brasileiros; que não seja utilizada para sustentar um parque industrial e de serviços favorecedor do consumo de luxo, que não implique no esvaziamento dos campos e, sobretudo, que não abrigue a miséria social e a exploração a que estão submetidos os trabalhadores rurais.

Para que a agricultura possa transformar-se na direção apontada, o PMDB considera necessário: adoção de uma política de crédito que, sem garantias reais ou pessoais, cubra o custo da produção, garantindo ao produtor preços compensatórios de compra e seguro contra a perda de safra." (Coleção Alberto Pasqualini, Volume XXVI, pág. 41, Fundamentos Básicos do Programa do PMDB).

Indubitavelmente, há um vale profundo entre a teoria e a prática de governo do PMDB. Antes, tão pródigo em apontar soluções; hoje, relega ao olvido as suas próprias teorias.

Já comentei o descaso e a relutância do Governo em rever os preços mínimos dos produtos agrícolas; agora, desejo dissertar sobre o PROAGRO.

Desde que foi implantado, através da Lei n. 5969, em 1973, o Governo pretendeu resguardar os agricultores da fatalidade das intempéries e das pragas dizimadoras da produção financiada, aos níveis de 80% da quantia tomada aos Bancos financiadores.

Em verdade, a medida propriamente visou proteger os bancos. Ainda, serviu, no curso desses anos, para que muitos "agricultores" que jamais conheceram as lides do setor, fossem agraciados por esses financiamentos, depois cobertos pelo PROAGRO, derivando o capital para a ciranda da especulação financeira.

No intuito de alastrar os benefícios e garantir à agricultura, a confiança de que, em frustrando-lhe a safra, não amargará prejuízos, vimos propor que o Governo viabilize os estudos para a implantação do SEGURO AGRÍCOLA, de forma a atender de modo mais amplo, indiscriminadamente, todos os produtores agrícolas do País.

Neste momento em que, com razão, os agricultores somam os seus descontentamentos diante da forma como o Governo conduz a política agrícola, é hora de estimular, colaborar com soluções práticas que lhes

devolvam a confiança.

O PMDB, que sempre desejou ser sensível aos reclamos populares, até para honrar o seu programa de Partido, temos certeza, saberá concretizar a nossa proposta."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulino José Delazeri. (Declina).

Havendo declinado, consulto ao Sr. Deputado Anibal Khury se quer fazer uso da palavra no Grande Expediente. (Declina).

Consulto o Sr. Deputado Edmar Luiz Costa se fará uso da palavra no Grande Expediente. (Pausa)

Ausente, consulto o Sr. Deputado Pedro Tonelli se fará uso da palavra no Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli, inscritos, por trinta minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores, Senhoras, colegas Parlamentares, demais presentes e ouvintes desta sessão de hoje.

Estamos entrando na discussão, prévia, é lógico, de algo muito preocupante para todo o Estado do Paraná que é a já anunciada, através de mensagem, a reforma administrativa no Estado do Paraná, algo obviamente que julgamos necessário, mas que queremos, através da sua prática inicial, constatados absurdos e questionamentos que nos levam a crer que cada vez mais nesta Casa, teremos uma missão muito importante de fazer uma análise profunda, onde ela é necessária e viável, e até que ponto poderá ser inútil ou prejudicial à sociedade paranaense.

Já de início, sentimos o clima de pânico que gerou desde o anúncio desta reforma. Quando foram anunciadas cinco mil demissões. Pânico por quê? Porque os cinco mil com certeza não foram consultados, quando foram criadas extensões do Executivo, entidades ou braços do Governo, e também estão sendo consultados, e são membros participantes, quando estão sendo anunciadas as suas demissões. Portanto, eles não são os culpados por uma situação criada.

Esta tão badalada reforma administrativa que anuncia cinco mil demissões e que cria um clima de pânico, há quem diga que, pela matemática lógica que está sendo praticada, possa chegar a trinta e cinco mil demissões dentro dos quadros do funcionalismo público, e que muitos que não têm nada a ver com a reforma administrativa estão sendo demitidos.

Portanto, é um alerta, e é preciso que nós, Parlamentares que somos, homens públicos, tenhamos a coragem de entender e verificar se isso é realmente verdadeiro, ou até que ponto é implicância daquilo que é premeditado dentro da reforma administrativa.

E tem mais. Neste final de semana, tive a ocasião de verificar e constatar de perto a situação de pânico que se encontram as universidades deste Estado. Estive na região de Londrina e constatei; e hoje estão presentes aqui, alguns envolvidos ou atingidos, representantes de uma grande maioria de Maringá, Londrina, e Ponta Grossa; estão sentindo que, através da reforma administrativa, está sendo violado um direito já conquistado pelas universidades - que é o direito da autonomia, o direito da liberdade o direito que, segundo eles, também nós, do Partido dos Trabalhadores, achamos que o direito da liberdade de organização e o direito da democracia estão sendo violados por decreto, onde constitui o poder do Estado de interferir nas universidades.

Quero dizer, com muita satisfação, que é lamentável se isso vier a acontecer. É preciso que se explique esta situação. Fui sindicalista muito tempo e a grande bandeira de luta do movimento sindical no Brasil inteiro, é fazer com que nós, como classe trabalhadora e organizada - superemos e não queremos mais que o Estado tenha o poder de interferir no sindicalismo, na organização digna, independente dos trabalhadores através das suas organizações. Ao mesmo nível nos do PT, não desejamos quanto ao ponto de vista das universidades que já têm esse direito assegurado. É claro que os absurdos das universidades, os absurdos no ensino devem ser superados, sem dúvida, mas isto não cabe a uma secretaria de um Estado ou ao Executivo de um governo. Isso cabe à sociedade organizada, aos alunos, aos pais, aos professores e à direção. Eles é que têm que chegar a um entendimento dos absurdos e com a sua força superar os problemas.

Para principiar a discussão da reforma administrativa, não podemos engolir sem mastigar, uma reforma que não sei se vai trazer realmente os benefícios que precisamos.

Concedo aparte ao Senhor Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Senhor Deputado

Pedro Tonelli, eu acompanho não só o pronunciamento de Vossa Excelência na tarde de hoje, mas tenho acompanhado também a preocupação do Deputado do PT com a causa do trabalhador no Paraná. Tenho também comigo, nobre Deputado, que há uma preocupação, às vezes absurda de Vossa Excelência, quando fala de perseguição à classe traba-

lhadora, e da possibilidade do trem da alegria no Governo do Paraná; quando fala de desmandos do Governo do Paraná e da perseguição, volto a insistir, aos pequenos funcionários do Estado do Paraná.

É claro Senhor Deputado que o ato de demitir sempre é delicado. O ato de demitir implica em deixar muitas vezes uma pessoa não só, demitida de um determinado órgão, mas, às vezes também, na preocupação de dar o sustento a sua família.

Mas, pergunto também, ao nobre Deputado, tem-se falado há muitos e muitos anos do inchaço da máquina administrativa, da sua lentidão, dos salários exorbitantes que tomam conta nos Governos Federal, Estadual, e Municipal. O nosso Partido, em 1982, prometeu uma reforma administrativa no Estado do Paraná e aqui mesmo, nesta Casa, esboçou-se uma pequena atenção à promessa de campanha. Pressão daqui, pressão dali e a reforma acabou não acontecendo.

Tem o Paraná hoje cento e oitenta mil funcionários públicos. O Governador Álvaro Dias, em 1982, candidato ao Senado... Se Vossa Excelência quiser conceder o aparte ao Senhor Deputado Rafael Greca...

O SR. PEDRO TONELLI - Conclua que depois eu cedo a ele.

O Sr. Nestor Baptista - Pois, não! E entendendo também a preocupação do Senhor Deputado Rafael Greca, porque a Prefeitura Municipal de Curitiba, uma das mais imorais da História na Velha República, quando o então patrão do Senhor Rafael Greca era o Prefeito de Curitiba, Jayme Lerner, encheu, corrompeu, vendeu, tripudiou em cima do trabalhador, Senhor Deputado Pedro Tonelli, que Vossa Excelência defende.

Ainda quero continuar meu aparte. O Governador Álvaro Dias, há dias atrás, inclusive ao usar a tribuna, falou a Vossa Excelência, talvez até tivesse ultrapassado o limite da emoção naquela tarde, mas fazia um desafio que continua de pé a qualquer Deputado brizolista, corrupto ou não, mas continua de pé um desafio para que se levante alguma coisa contra o governador do Paraná. Fez um compromisso de palanque para acabar com esta máquina gorda, emperrada, cara.

A média que Vossa Excelência tem preocupação na admissão de trabalhadores, ultrapassa Cz\$ 8.000,00 por mês. E ainda hoje, Senhor Deputado Pedro Tonelli, para demonstrar que o Governador Álvaro Dias não está preocupado somente com a raia miúda, mas com o paranaense, em si, a exemplo do que fez outro dia com produtores do Vale do Ivaí, a exemplo da cobrança à SUDESUL. Ou se extinguiu a SUDESUL, ou o Governo Federal acorda e respeita o Para-

ná. Mandou executar, por que não? O apelo também de toda a Bancada do PMDB do Senhor Deputado Paulo Furiatti, do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, para executar o Grupo Atalla, que a Velha República tornou o maior devedor do Estado do Paraná, um dos maiores devedores deste País. Não bastasse isto...

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Líder do Governo faz um pronunciamento paralelo ao Deputado que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Cabe ao Senhor Deputado Pedro Tonelli a sequência ou não do aparte concedido.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me permite um aparte, ou está cassado o aparte por determinação do Senhor Deputado Algaci Túlio?

O SR. ALGACI TÚLIO - Não costumo cassar.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito que Vossa Excelência conclua rapidamente, porque temos trinta minutos e têm mais quatro Senhores Deputados que pediram o aparte. Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O Sr. Nestor Baptista - Terminarei, Senhor Presidente.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Declino do aparte para que Vossa Excelência conceda maior tempo ao Líder do Governo Senhor Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Ainda hoje, não só mandou executar o Grupo Atalla, mas foi mais além o governador Álvaro Dias: revogou, atendeu um parecer de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal para acabar com a aposentadoria de quinze anos do Tribunal de Contas. E me estenderei mais no assunto no horário que cabe ao nosso Partido.

Muito obrigado e me perdoe tomar tanto tempo do nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Antes de ceder aos apartes, quero responder ao Líder do Governo Senhor Deputado Nestor Baptista. Acho que não é mais tempo de vermos aqui o Líder do Governo, deste governo, que está com a faca o queijo e o pão nas mãos, ou seja, já está com o poder há seis anos e tem o Presidente da República, os Senadores, o Governador, Deputados, Prefeitos e Vereadores em maioria, e não toma as medidas que o momento exige.

Acho que houve erros do passado e nin-

guém esconde isso.

E na reforma administrativa o tema principal é, não vim aqui para avaliar o comportamento pessoal do Governador Álvaro Dias, ou do Líder do Governo. Vim aqui, para analisar e dar parecer sobre o comportamento político. E o comportamento político do Governador do Estado, não da pessoa do Senhor Álvaro Dias, mas do Governador do Estado que tem demonstrado e provado que até agora tem sido autoritário.

Gostaria de lembrar ao nobre Líder do Governo, de que quem está com o poder na mão tem que deixar transparente uma reforma administrativa nesses pisos e nesses moldes. Não pode um Governo que se diz democrático e para surpresa de todo mundo chegar e decretar. Isso foge ao princípio da democracia.

Quero dizer mais...

(Tumulto)

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para o bom andamento dessa sessão que hoje graças a Deus recebe o público, e esta Casa não pode passar o atestado de gente irresponsável de alguns amigos Parlamentares que querem massacrar o Senhor Deputado na tribuna, que ele seja respeitado no momento em que se encontra na tribuna, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência pede a compreensão dos Senhores Deputados para que o orador que se encontra na tribuna possa concluir o seu pronunciamento. Os apartes serão dados ou não, de acordo com a intenção do mesmo.

Obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente e nobres colegas.

Queria dizer ao nobre Líder do Governo, mais uma vez, que nós, do Partido dos Trabalhadores, e creio eu que todos os Parlamentares de bom senso nesta Casa, não estarão, em momento algum, contra uma reforma administrativa que se faz necessária. Só é preciso que fique bem claro a questão dos marajás que existem neste Estado, dos gastos abusivos com propaganda feita pelo último governo, que foi do mesmo partido que hoje está no poder e que representa as mesmas forças políticas, clara também deve ficar a questão dos 800 milhões de cruzados de anistia fiscal do ex-Governador José Richa, que devem estar fazendo falta no caixa do Estado. Agora, é preciso debitar na conta dos peõezinhos...

(Vários Deputados solicitam aparte ao mesmo tempo).

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, Deputado José Felinto, aguarde um momentinho,

eu tenho mais vinte minutos. Só um momentinho. Deixa-me responder ao Líder do Governo, porque é preciso que ele me ouça, como eu o ouvi atentamente.

O Sr. Nestor Baptista - E eu estou atento, nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Eu gostaria de dizer ao Senhor Presidente e aos nobres colegas, que é de extrema importância para todos os que nesta Casa estão e que têm a responsabilidade pública, que se leve em conta, seriamente, que serão demitidos trabalhadores que vão pagar caro por erros que não cometeram, pois outros foram os seus autores. E preciso que se leve em conta também, a anistia fiscal que perdoou 800 milhões de cruzados de certas empresas, assim como os gastos abusivos e não só com propaganda, não, mas com obras faraônicas, desnecessárias socialmente.

Além disso, o poder de intervenção do Governo nas questões populares foi demonstrado nas greves e nas manifestações dos trabalhadores, e esta intervenção não foi diferente do comportamento dos governos anteriores.

E gostaria de dizer mais. Queria provar isso publicamente. Eu tenho aqui dois jornais, o jornal em que o Prefeito Roberto Requião publicou uma nota, pela qual pagou quase 120 mil cruzados só para a "Gazeta do Povo", para publicar a sua manifestação, gastando dinheiro que deveria ser dado de aumento aos professores municipais, mas que ele gastou para publicar uma nota na Gazeta do Povo e em outros jornais.

E o que me chama mais a atenção na nota, é o conteúdo, são as palavras de um Prefeito que se diz de esquerda. Diz ele que é de esquerda, mas adota o mesmo comportamento expresso pela nota da H.M. Pois é o mesmo procedimento da nota da H.M., da qual se diz que é de direita. Portanto, companheiros, é preciso que se entenda que existem dois grandes interesses: o interesse de quem trabalha e o interesse de quem não trabalha, o interesse da classe dominante, que tem poder ainda forte nesta Nação.

Eu vou conceder os apartes, pela ordem de inscrição, aos Deputados Algaci Túlio, José Felinto, Nereu Carlos Massignan, Rafael Greca, Domingos Scarpellini e Caíto Quintana. Em primeiro lugar, o Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Muito obrigado, Deputado. Eu quero agradecer a sua gentileza, o seu espírito democrático, ao subir à Tribuna e ceder aparte a todos os demais parlamentares. Pena que alguns sejam mais

apressados que outros.

Mas, Vossa Excelência está cheio de razão no seu pronunciamento, em tudo o que diz. Hoje estão aí, os professores municipais pedindo esmolas à porta da Prefeitura, não sendo recebidos por Sua Excelência o Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, que gasta milhões de cruzados em propaganda, lá no Norte do Paraná, que não tem nada a ver com a Prefeitura de Curitiba; estão aí algumas Secretarias criadas no governo de José Richa, está aí a anistia criada no Governo José Richa, denunciada pelo Deputado Nilso Sguarezi, ex-presidente da Casa, dizendo que não sabia as trapalhadas que existiam por trás disso; estão aí todos os financiamentos dados, ao Grupo Atalla e a outros tantos, que foram beneficiados pelo Governo José Richa, ou por Governos passados, que eu não apoiei coisíssima alguma!

Mas, eu queria dizer que Vossa Excelência tem toda a razão quando pede que essa Reforma Administrativa seja discutida à nível de todos os Parlamentares e da própria comunidade, além dos órgãos diretamente atingidos, porque temos visto que, sem ela começar a transitar pelas Comissões, já se verificam as demissões em massa, sem que se faça um estudo mais aprofundado. E, neste sentido, nobre Deputado, dei entrada, hoje, nesta Casa de um requerimento, pedindo que este requerimento receba o apoio dos Parlamentares que, hoje, são os homens ligados ao Palácio do Governo, para que façamos aqui nesta Casa um grande fórum de debates desta reformulação administrativa; trazendo para esta Casa a presença do povo, dos órgãos, do Governo, para que aqui se discuta esta reforma administrativa.

É nisto que se mostra a democracia, e não em fazer uma reforma segundo as exigências do Governo, dando-nos 15 dias para analisar, discutir e votar a matéria, não podemos permitir.

Parabéns a Vossa Excelência.

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na seqüência. Há mais alguns inscritos. Eu tenho a intenção de ceder apartes a todo mundo, se não der... mas para alguns ainda vou ceder.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência esqueceu de incluir o meu nome, Deputado. Estou pedindo um aparte desde o início.

O SR. PEDRO TONELLI - Não esqueci. Bom, eu gostaria de agradecer o endosso do nobre colega Algaci Túlio. Acho que, real-

mente, a iniciativa que ele tomou em apresentar um requerimento pedindo que essa discussão fosse o mais aberta possível nesta Casa. Apenas acho que muito mais poderia acontecer. A população paranaense deveria ter um fórum de decisão, de discussão, para aprofundar uma reforma administrativa em uma área com tanto peso, com tanta influência e com tanta operacionalidade social como a máquina administrativa do Estado do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado José Felinto.

O Sr. José Felinto - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Concordo com Vossa Excelência, quando se refere às propagandas feitas pelo Prefeito de Curitiba, Roberto Requião. Concordo plenamente.

Mas, quero dizer que discordo de Vossa Excelência quanto à reforma administrativa, Vossa Excelência possivelmente foi mal informado pela assessoria que lhe forneceu os dados com relação à reforma administrativa.

Vossa Excelência na semana atrasada, subiu à tribuna e reclamou da reforma administrativa. Vossa Excelência dizia. "Onde está a reforma administrativa de que tanto fala o Governo Álvaro Dias?"

Vossa Excelência solicitava a reforma e criticava a ausência da mensagem a ser mandada pelo Governador Álvaro Dias.

Hoje, vejo Vossa Excelência criticando a reforma administrativa, reclamada pela sociedade paranaense, que tem sido enganada por tantos Governos.

Vossa Excelência bem sabe dos desmandos que ocorreram no passado, e Vossa Excelência aí na tribuna, solicita que se esqueça o que ocorreu no passado. Como se esquecer, companheiros, nobres Deputados, das torturas, dos assassinatos, dos desmandos, dos saques, contra esta Nação e este Estado? Como se esquecer dos desmandos ocorridos!

Lamento que Vossa Excelência, um Deputado que demonstra querer o que é correto para o Estado, critique uma reforma cujos dizeres estão à disposição na Presidência desta Casa, acessível a todos os Deputados, inclusive ao Deputado Algaci Túlio, para que se a analise. Porque o Governo Álvaro Dias, que analisamos aqui nesta tribuna em nosso primeiro pronunciamento, é um Governo de reformas, de austeridade e um brado por um Paraná mais forte. Poderá é claro, ocorrer algumas injustiças, que certamente serão revistas no futuro. Além disso, nobre Deputado, não se faz reforma sem traumatismo, porque infelizmente, muitos são os demagogos que quando vêm o povo nesta Casa aproveitam a presença da platéia para fazer média, es-

ses demagogos são os mesmos que no passado deram sustentação à ditadura, aos desmandos, aos roubos, aos assaltos. Nesta época, nunca vi esses que hoje se proclamam cobradores aqui nesta Casa, ou na Câmara de Curitiba, ou no Partido, pedir a execução judicial de grupos como o Atalla, que talvez tenha financiado muitos Deputados e Vereadores neste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência darei novos apartes.

Adotarei um critério pessoal para prolongar este debate, dando o aparte alternadamente, a um Deputado da Situação e outro da Oposição, assim enriquecendo esta discussão.

Eu queria dizer mais, especialmente ao Deputado José Felinto: cuidado, não atire o chapéu para cima que pode cair na sua própria cabeça. Era isso que queria acrescentar. Acho que Vossa Excelência recitou muito bem.

O Sr. José Felinto - Deputado Pedro Tonelli, eu solicito que Vossa Excelência visite Diadema, visite Fortaleza, Prefeituras administradas pelo PT, e daí, quem sabe, esse trocadilho servirá para Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Certamente não seria o Deputado José Felinto que precisa fazer esta recomendação, porque eu conheço a atuação da Prefeitura de Fortaleza, como conheço também a de Goiânia, onde um Prefeito do PMDB foi demitido por corrupção. Então Deputado, não fique se preocupando porque a gente conhece muito bem o que está acontecendo.

O Sr. José Felinto - Gostaria que Vossa Excelência se lembrasse que "cabeça não é só para usar chapéu".

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, nobres colegas, eu queria deixar bem claro que nós do Partido dos Trabalhadores, realmente, sempre exigimos uma reforma administrativa.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Essa Presidência chama a sua atenção para dizer que a partir deste momento Vossa Excelência fala no horário do PT por oito minutos e meio.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu estou no aguardo do aparte de Vossa Excelência, ilustre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado pela lembrança.

O Sr. Paulo Furiatti - Deputado Pedro Tonelli, peço um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu estou aqui pedindo um aparte desde o início do pronunciamento de Vossa Excelência, ilustre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu não vou ceder aparte para todo mundo, na sequência eu cederei mais uns dois.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu espero que esteja incluído.

O SR. PEDRO TONELLI - Vamos ver. Eu gostaria de acrescentar que o povo do Paraná realmente não espera mais afirmações demagógicas. É preciso que se cumpra aquilo que foi prometido nos palanques e aquilo que está gravado no coração da maioria dos paranaenses. Se isso não acontecer, se não houver essa compreensão, nós temos a certeza que haverá outro período com novas pessoas, com novas caras, mas com o aumento das favelas e o aumento das lonas dos sem-terra. O êxodo ruural, a marginalização e a marginalidade aumentarão. Só há um jeito de consertar isso: é pensar na justa distribuição da riqueza que conjuntamente a população produz.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Estou aguardando o aparte de Vossa Excelência, ilustre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Com muito prazer, darei um aparte, agora, a um colega da Oposição, concedendo-o ao Deputado José Alves, depois será a vez da Situação.

O Sr. Dirceu Manfrinato - A minha inscrição permanece, ilustre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Permanece. Senhor Presidente, eu queria dizer bem claro que, na forma do artigo 78, eu permitirei apartes quando eu entender e para quem eu quiser, desde que sejam necessários e quando não prejudicarem o meu pronunciamento. Então, eu solicito ao Presidente que me dê essa liberdade, porque o Regimento Interno a garante. Concedo o aparte ao Deputado José Alves.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A palavra de Vossa Excelência está garantida, tanto é verdade que Vossa Excelência fala há trinta e dois minutos.

O Sr. José Alves - Deputado Pedro Tonelli. Já que estamos falando em reforma administrativa e assim eliminando trabalhadores, é preciso que se comece a reforma

com o Prefeito de Curitiba, que gasta horrores, fazendo a sua propaganda por todo o Norte do Paraná. Hoje, na Rede Globo e em todas as televisões do Paraná, se vê seus shows quase que de hora em hora, gastando uma quantia enorme dos recursos da Prefeitura. Ao dispensar trabalhadores e investir em propaganda, parece que o Prefeito Roberto Requião já está fazendo a sua propaganda para o próximo governo.

Então, que se comece por casa. Se o Prefeito de Curitiba quer ser Deputado Federal, que o seja com o dinheiro do seu próprio bolso, e não com o dinheiro da Prefeitura, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço a contribuição do colega Deputado José Alves, que endosso perfeitamente, pois nós, homens públicos, não podemos usar de recursos públicos para projetos pessoais ou para fazer propaganda. O que é preciso é que a gente cumpra aquilo que é a nossa função. Somos homens públicos, e vamos representar o público que está tão carente de pessoas comprometidas.

Vou conceder o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu serei objetivo, ilustre Deputado.

Eu só gostaria de dizer a Vossa Excelência que discordo quando Vossa Excelência diz que o Governador Álvaro Dias é ditador.

Vossa Excelência cobrou, aqui nesta Casa, e suas palavras estão nos Anais do Poder Legislativo, que o Governador teria que tomar providências com relação aos marajás, ou Vossa Excelência se esquece disto?

O SR. PEDRO TONELLI - É verdade.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Se Vossa Excelência tivesse ouvido o pronunciamento, hoje, do Governador Álvaro Dias, Vossa Excelência não estaria gastando os seus recursos ou queimando os seus cartuchos na data de hoje. Eu entendo que Vossa Excelência está queimando um cartucho na hora imprópria, porque não ouviu o discurso do Governador Álvaro Dias.

Acrescento, ilustre Deputado, que os prazos de mandatos são fixados aos parlamentares e executivos, como Vossa Excelência tem conhecimento. Mas a dignidade, a honestidade, o respeito e o caráter do homem são vitalícios; por isso, eu gostaria de afirmar a Vossa Excelência que o Governador Álvaro Dias está revestido de toda a autoridade moral porque é um dos homens sérios que o Paraná tem hoje à frente da sua administração.

Esta dignidade, esta seriedade de mo-

ralização de Governo é vitalícia, ilustre Deputado. Isto não são coisas passageiras, isto é formação de caráter, que vem da tradição de berço, de família, de responsabilidade.

Vossa Excelência peca quando diz que são os peões que estão sendo demitidos. Vossa Excelência não pode esquecer que, talvez, estes funcionários fantasmas que Vossa Excelência intitulou de peões podem até ter votado em Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo mais um aparte, já que nós temos mais três minutos.

Não sei se darei o aparte ao Deputado Rafael Greca ou para o Deputado Valderi Mendes Vilela. Um minuto e meio vocês têm para o aparte.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Democraticamente, o Deputado Rafael Greca me cedeu o seu aparte.

Deputado Pedro Tonelli. Realmente o pronunciamento que Vossa Excelência traz à Casa hoje, é de grande valia a este Legislativo, hoje muito prestigiado pela sua platéia e pelos seus Deputados. Mas é normal que nós encontremos esta quantidade de pessoas aqui.

Agora, Deputado, realmente as denúncias levantadas servem para alertar os verdadeiros peemedebistas desta Casa, que têm compromisso com o povo, para que façam uma Reforma Administrativa justa. Eu ainda não li a mensagem em sua totalidade, mas espero que os verdadeiros homens que compõem o PMDB, e não os Priscos Vianas da vida, voltem a fazer política em benefício do povo.

Quando um Deputado reclama e põe a culpa no passado, é que ele deve ter alguma coisa no passado que o prejudica. Nós, que não temos compromisso com o passado, mas com o presente e com o futuro, estamos com Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli, e endossamos as suas palavras, que realmente favorecem o trabalhador do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Pedro Tonelli, o seu pronunciamento dá a impressão de que o Governo do Estado está implodindo o funcionalismo do Brasil, do Paraná. Só um dado: os cinco mil demitidos representam 3% do funcionalismo público e em relação à população, representam 0,3% dos trabalhadores, Deputado Pedro Tonelli.

Agora, me surpreende um posicionamento como o de Vossa Excelência, que tem um

processo ideológico bem claro nas propostas. Mas pelo que Vossa Excelência diz hoje - se nos embasarmos na sua linha de raciocínio - a solução do problema do trabalhador não passa pelas mudanças estruturais. Se Vossa Excelência fosse hoje o Governador do Paraná, quem sabe então promoveria um inchaço tremendo, contratando milhares de brasileiros que não têm o que comer, contratando mais de cento e oitenta mil funcionários. Este tipo de colocação de Vossa Excelência demonstra que está havendo um equívoco na sua análise. Ou Vossa Excelência está fazendo uma análise para o grande público, ou não está realmente empenhado...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência lamenta, mas o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. PEDRO TONELLI - Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Conclua.

O SR. PEDRO TONELLI - Só para concluir, gostaria de ter contribuído ao levantar esta preocupação, certamente endossada por muitos dos nobres colegas desta Casa. Gostaria de encerrar, dizendo ao nobre colega Deputado José Felinto que se o Governador já está demitindo "marajás", isto é resultado dos debates aqui ocorridos.

Então, é preciso que continuemos por aí.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados e muito obrigado ouvintes e assistentes.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consulta à Liderança do PL, se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: (Lê):

"O plantio direto vem se firmando como a mais importante técnica de agricultura na busca da preservação do solo. Eliminando o uso de arados, essa técnica permite a produção normal, inclusive com níveis apreciáveis de produtividade, sem que se corra o risco de erosão e depauperamento do solo. O controle de ervas daninhas, que surgem simultaneamente com as plantações, é feito através de aplicações intensivas de herbicidas.

O resultado dessa técnica, principalmente na região de Ponta Grossa, ao contrário do que acontece na agricultura convencional com o plantio direto, vem apresentando concretos sinais de aumento de

fertilidade. Há inclusive alguns produtores que já estão abandonando a prática de adubação química do solo, sem perda na produção.

No entanto, devido à utilização maciça de defensivos agrícolas, a técnica não foi bem recebida nos meios oficiais. Por muito tempo, os órgãos de extensão rural fizeram questão de desconhecer as experiências realizadas em diversas partes do País.

No Paraná, por iniciativa de alguns agricultores, todos de procedência europeia, o plantio direto começou a ser aplicado em Rolândia, onde a família Bartz ficou conhecida como a pioneira do Brasil. Depois, o colono holandês Franc Dejkstra, de Carambeí, na região de Ponta Grossa, também adotou a mesma técnica, sendo seguido pelo produtor Manoel Henrique Pereira, de Ponta Grossa.

Hoje, dez anos depois, devido à falta de apoio oficial para o desenvolvimento dessa tecnologia, faltando inclusive técnicos extensionistas treinados para atender os agricultores que adotaram o sistema, as Cooperativas de Arapoti, Batavo e Castrolanda, mantêm a Fundação ABC, com sede em Castro, cujo objetivo é suprir a falha oficial. Ela desenvolve pesquisas e experiências no plantio direto, divulga o sistema e dá assistência técnica aos produtores interessados.

Comemorando os dez anos de implantação da técnica na região dos Campos Gerais, o presidente desta fundação, que é o pioneiro Frank Dejkstra, promoveu um encontro no dia 3 de abril último, onde se analisou os resultados e se debateu as perspectivas dessa tecnologia. O que se ouviu ali deixou todos convencidos que, a despeito das resistências encontradas, o plantio direto se apresenta como uma das melhores soluções para o futuro da agricultura brasileira. A veracidade dessa possibilidade ficou mais clara ainda quando os participantes do encontro visitaram a Fazenda Frank'ana, pioneira no uso da técnica.

É o Paraná exportando tecnologia que deu certo e que certamente proporcionará o desenvolvimento desta tão importante área em todo o nosso País.

Por estas razões, estamos apresentando à deliberação do Plenário, requerimento para que seja consignado em Ata um voto de louvor e de apreciação à chamada Fundação ABC".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Ainda no Horário as Lideranças, consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PTB.

(Pausa).

Ausente, consultamos à Liderança do PDS.

(Pausa).

Ausente, consultamos a Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca, por oito minutos e meio.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Decisão do Supremo Tribunal Federal é para ser cumprida, de maneira que não vemos com tanto júbilo o atraso de quase três anos do Palácio Iguaçu, comandado pelo PMDB, em fazer cumprir o acórdão do Supremo Tribunal Federal a respeito do Tribunal de Contas do Estado.

Mas, é de outras aflições que hoje quero falar à consciência política da cidade, representando os meus companheiros de Partido. Em primeiro lugar, é preciso que se fale dos funcionários do CENDI, não daqueles que prestavam consultoria, e consultoria milionária, pois foram mais de 300 milhões de cruzados mensais gastos só em relações públicas no último mês do Governo João Elísio.

Quero falar é do homem que embrulhava os artigos feitos pelos artesãos, um embrulhador de artigos do "Programa Nosso". Quero falar do motorista do CENDI, do menino do xerox e também - por que não? - dos técnicos políglotas que semearam o desenvolvimento industrial do Estado, trazendo ao Estado uma plêiade de estabelecimentos industriais da melhor qualidade. E sobre isso há documento fartamente distribuído recentemente aos Srs. Deputados.

É de se estranhar que parece que os Secretários da Indústria e Comércio do Paraná, um ainda acomodado no Governo Álvaro Dias, como Secretário das Relações Externas, o Sr. Fernando Miranda, e o outro empenhado em manter o CENDI, um e outro tenham enviado correspondência aos funcionários do CENDI e ao seu diretor, esclarecendo sempre imprescindíveis os serviços daquela empresa, Sociedade Civil do BADEP, do BANESTADO e da COPEL, para o funcionamento da Secretaria da Indústria e do Comércio.

Mas, parece que um e outro foram derrotados, porque nem bem começamos a discutir a reforma administrativa nesta Casa e os funcionários já estão sendo demitidos, aliás, com extrema semelhança de estilo - e digo isso, a propósito dos que tentam colocar na oposição sempre o velho discurso da Velha República e da ditadura.

Outro dia, chamaram-me aqui de filho da ditadura. Podia ser enteado, porque eram sete os meus anos de vida quando a ditadura começou. Filho, jamais! No entanto, há muita semelhança, eu dizia, en-

tre a carta em que se pedia a disponibilidade de um dos funcionários do CENDI e a mesma carta que um funcionário da República do Chile recebeu do governo ditatorial de Augusto Pinochet, dispensando os seus serviços. Se quiserem, podemos publicar na imprensa o fac-símile das duas, para que a mesma linguagem seja confrontada,

Pois é. Vão os funcionários do CENDI para a rua. São cinquenta e sete - e trabalhavam. É preciso que esta Casa, como consciência política do Estado, discuta os critérios dessa demissão. Porque não podemos fazer nós, como os fariseus da escritura, que reunidos no Sinédrio e tendo à sua porta o Cristo, preso pelos que o invejavam, disseram:

"É páscoa e é preciso que um homem morra pelo povo."

Para isentarem da sua culpa e da sua responsabilidade, resolveram que era necessário que um homem morresse pelo povo, ou que uns poucos, Sr. Deputado Paulo Furiatti, morram pelo povo. Uns 3% de pais de família, de meninos de xerox, de mulheres grávidas. Uns 3% só para deixar o Estado menos gordo, menos obeso.

Na mesma semana em que a revista "Veja" fala da contratação de dez gênios, como os gênios da lâmpada, a Cz\$25.000,00 cada um, para que estudem todos os ângulos em que deve ser focalizado o Governador Álvaro Dias e produzam todos os vídeo-tapes para serem entregues às quinze televisões do Estado para que o Governador saia bem: guapo e formoso.

Esta reforma administrativa nos põe medo. E nos põe de verdade, porque recebe a Assembléia hoje, a representação dos funcionários, professores e alunos da Universidade de Londrina e da Universidade de Maringá. Vêm no bojo de tal reforma administrativa o que as pessoas, as universidades já perceberam e nós talvez ainda não tenhamos lido; a transformação em fundações de administração indireta destas entidades que, pela Constituição, o Estado é obrigado a mantê-las.

E vem este documento, assinado por docentes, alunos e funcionários das duas universidades. Este documento que a anuncia e convida os Deputados para assembléia amanhã, em Londrina, a propósito da reforma administrativa. Vem esse documento dizer com autoridade, preste atenção, Sr. Deputado José Felinto, vem dizer assim:

"A autonomia das Fundações Educacionais de Ensino Superior do Estado, deve ser respeitada em termos de lei ordinária e no termo dos Estatutos dos referidos estabelecimentos".

Parece que a reforma administrativa vai fazer um czar catarinense no Governo do Paraná. Será que vamos transferir ao Secretário da Administração toda responsa-

bilidade do Governo do Estado? No Palácio Iguçu já há um Rasputin - é o Secretário da Comunicação Social, que fisicamente se assemelha àquele que na antiga Rússia, do fim do regime czarista, aterrorizava czar e czarina, com a perspectiva do menino herdeiro imperial doente e sempre à beira da morte. Rasputin e o Czar não seja o Governador dos paranaenses, medroso diante de tal perspectiva. Não é o Paraná um menino doente que precise ser sempre atemorizado.

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - A este propósito quero contar uma anedota e depois darei apartes.

Dizem que num Governo em crise, um governante que saía deixou ao governante que entrava, três cartas, no fundo da gaveta. Mandou que abrissem em tempo de crise. A primeira carta dizia: "Vá à tribuna, critique os governos anteriores! Vá à televisão e diga que foi culpa dos que estiveram antes de você, ainda que não houvesse". E assim fez o governante e passou a primeira crise. A segunda carta dizia: "Vá à televisão e convoque uma reforma administrativa." E assim a sociedade debateu a reforma administrativa. E passou a segunda crise. Mas, quando sobreveio a terceira, e já não havia quem matar pelo povo, e já não havia a quem culpar, e já não havia o que reformar, leu o governante o conselho sábio: "Escreva três cartas e espere o seu sucessor. (Risos)

Tem Vossa Excelência o aparte.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência lamenta, mas o tempo de Vossa Excelência está esgotado e não pode conceder o aparte.

O SR. JOSÉ FELINTO - Pela Ordem.

Queria deixar registrado que lamentavelmente o Sr. Deputado Rafael Greca, que se apresenta nesta tribuna, acho que faria muito bem se estivesse o Teatro Guaíra.

Gostaria no entanto, de deixar registrado o nosso lamento por não ter recebido, por parte dele, um aparte.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela ordem.

Sua Excelência interprete a minha pressa em concluir o meu raciocínio, não como um desrespeito à vocação parlamentar neste Plenário, muito menos como uma vontade de ser vedete que não divide o refletor com ninguém, embora diga o povo por aí que "vedete que se preze não divide refletor". Mas, em momento algum, eu quis desrespeitar este Plenário. Em momento algum quis desrespeitar o Sr. Deputado José Fe-

linto. Antes tinha eu inscrito o líder da minha bancada que, com extrema bondade, me cedeu o seu horário para que eu falasse os apontamentos que havia tomado durante a semana; de maneira que não quero desrespeitar a vocação parlamentar nesta Casa.

Solicito a minha inscrição no Grande Expediente, para que possamos, na sequência, debater todos estes problemas. Na sessão de hoje, nas Explicações Pessoais, também quero ir à tribuna para debater todos estes problemas.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência está inscrito em Explicações Pessoais, logo após a sessão.

Consultamos a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, por oito minutos e meio.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em aparte ao Sr. Deputado Pedro Tonelli, lembrava ele da necessidade da cobrança que a população do Paraná tem feito, no sentido de que tivéssemos a chamada reforma administrativa no Estado.

A equipe de Governo que assumiu no dia quinze de março, desde o quinze de novembro, está empenhada em estudar o desempenho, a agilidade, a lentidão, a seriedade, a moralidade ou não da máquina administrativa.

É claro que passou por uma ampla discussão no seio do PMDB que foi um partido escolhido, mais uma vez, pela esmagadora maioria do povo do Paraná nas últimas eleições.

É mais que legítima a reclamação do nobre Deputado Pedro Tonelli, do Sr. Deputado Algaci Túlio que tem a preocupação em discutir detalhada e minuciosamente a reforma administrativa. Mas é mais do que claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há uma urgência em se executar e se colocar em prática uma reforma neste Estado, que elimine o tecido gorduroso que emperra esta máquina.

E por isso, a Bancada do PMDB, tem discutido detalhadamente a reforma encaminhada recentemente a esta Casa, mas em estudo já no próprio Partido há algum tempo.

Estivemos com o Governador, estivemos com o Secretário da Administração, e com o Secretário do Planejamento.

É claro, e volto a repetir, Sr. Deputado, o ato de demissão é delicado; o ato de demissão nos leva a preocupações diversas. Mas, ou se demite o que não trabalha, ou se demite o fantasma, ou se demite o incompetente, ou se demite aquele que torna a máquina administrativa lenta, ou não funciona a máquina administrativa do Estado.

Ainda neste mês de março, o Estado está com um déficit de Cz\$ 250.000.000,00. E onde vamos parar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se não tivermos esta reforma administrativa?

Fala-se muito que o PMDB encheu a máquina administrativa, que os apaniguados, que os apadrinhados do PMDB, estão em todos os órgãos públicos. Mas, o mais curioso, é que temos visto Deputados de outros partidos apenas nesta defesa, e não que na Bancada do PMDB estejam Deputados que simplesmente dirão amém ao Governo do Estado, absolutamente.

Na qualidade de Líder do Governo, reafirmo aqui a independência de cada Companheiro da Bancada do PMDB, a não submissão de cada companheiro da Bancada do PMDB aquilo que o Executivo quer, mas sim a discussão plena.

Ouvi, há pouco e atentamente, o Sr. Deputado Rafal Greca, fariseus, Deus, oprimidos, Mateus, Felinto.

Sr. Deputado José Felinto, me perdoe a colocação do seu nome, não sei qual é o santo do dia de hoje.

Mas, não adianta falar aqui, apenas falar e não fazer aquilo que Deus queria.

E até me surpreende o posicionamento do ilustre e preparado Deputado Rafael Greca, que com a formação cristã extraordinária é um vassalo, é um seguidor desmedido de um cidadão que não acredita em Deus.

Coloca-se uma interrogação. A verdade é do pagão, é de quem não acredita em Deus, ou é dele cristão como a grande maioria que aqui está?

Falar, nobre Deputado Rafael Greca, que a atitude tomada hoje, ousada, corajosa, séria do Governador Álvaro Dias, não conta ao fazer retornar ao trabalho verdadeiros "marajás", que é a palavra da moda, que se aposentaram contando com apenas quinze anos de serviço. Não conta? Revogar decretos imorais ilegítimos com legalidade discutível de nomeações feitas no Tribunal de Contas.

Isso não importa? Não importa para quem não leva a sério realmente, as necessidades que tem a população brasileira. E quando falamos em reforma administrativa, me espanta, sinceramente, que não seja também levado a sério pelo nobre Deputado Rafael Greca, a ordem do Governador do Estado para que se execute o maior devedor deste Paraná, que é o Grupo Atalla com mais de cem milhões de dólares.

As prefeituras do nosso Interior estão aí com o "chapéu na mão", na porta do Palácio, na porta das Secretarias e fala-se que não há ressonância nenhuma, que o Governador apenas cumpriu com a sua obrigação.

Isso é apenas para falar, porque brincadeira tem hora. A reforma administrativa é conhecida pelo povo do Paraná. E eu não posso admitir que um Deputado diga que não conhece a reforma, se a televisão, o jornal, o rádio estão falando diariamente em tudo isso. Se o povo foi consultado por uma pesquisa e apoiou amplamente o posicionamento do Governador.

O Sr. Rafael Greca- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA - Em seguida, se houver tempo, Senhor Deputado Rafael Greca. Sobre as demissões que eu volto a insistir e que é um ato delicado, delicadíssimo, eu não gosto de demitir, não é da nossa prática, da índole brasileira, mas 84% dos paranaenses apoiaram amplamente, aqui em Curitiba. Na cidade de Londrina, 83% apoiaram. Na cidade de Maringá, o Senhor Deputado Lindolfo Júnior, do Senhor Deputado Ferrari Júnior, Senhor Deputado José Alves, 74% apoiaram as medidas do Governo do Estado. Na cidade de Ponta Grossa, 82% apoiaram a tomada de posição do Governador Álvaro Dias. E na cidade de Cascavel, 91%. Demonstra que a população está preocupada com a situação do Estado do Paraná.

Agora, não pode estar preocupado realmente, achar que é um caso de somenos importância, quando têm que voltar ao trabalho, pessoas ligadas ao passado e que nunca trabalharam e que têm que voltar ao trabalho por terem uma aposentadoria inconstitucional.

O Sr. Rafael Greca - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior).

Esta Presidência lamenta, mas o seu tempo está esgotado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Vossa Excelência me concederia trinta segundos?

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Trinta segundos para concluir.

O SR. NESTOR BAPTISTA - E nos trinta segundos devo apenas dizer que voltarei ao assunto, porque para o Senhor Deputado Rafael Greca não é sério e para a gente séria do Paraná, é extremamente sério. E concedo o aparte ao Senhor Deputado Gernote Kirinus que tem ainda vinte segundos.

O Sr. Gernote Kirinus - Nobre Deputado, só então para concluir, dizendo como Vossa Excelência, que realmente o pronunciamento do Senhor Deputado Rafael Greca parece mais um programa, um show do "Viva o Gordo", um programa muito humorístico por-

que as figuras que ele usa, e ele tem uma habilidade muito grande para isso, aliás eu até acho que ele equivocou-se de vocação. Deveria estar na televisão, fazendo piadas sobre personagens políticos brasileiros, no que estaria muito melhor.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vossa Excelência, Senhor Deputado Rafael Greca, tem a palavra Pela Ordem.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, ainda uma vez se confunde a vocação parlamentar deste Plenário e eu quero protestar que cai o nível desta Assembléia, quando cito eu os Evangelhos, e o Líder do PMDB me interpela, dizendo-me seguidor de um homem...

(som inaudível)

(Vários Deputados solicitam, ao mesmo tempo, a palavra para questão de ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Senhor Rafael Greca, o assunto que Vossa Excelência aborda, realmente não é questão de ordem. Não tem nada a ver com questão de ordem proposta.

O SR. RAFAEL GRECA - Vossa Excelência, por gentileza, permita que eu conclua, Pela Ordem. Eu pedi a palavra e Sua Excelência me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Eu lhe concedi a palavra Pela Ordem, para formular uma questão de ordem. Se Vossa Excelência formular uma questão de ordem, tem a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu pretendo. Eu entendo que o decoro parlamentar deste Plenário foi quebrado no momento em que se confunde o meu pronunciamento no Horário da Liderança, fundamentado nas indagações da sociedade paranaense, qual seja, dos demitidos do Cendi, e ainda funcionários das Universidades Estaduais, com um programa humorístico. Eu não entendo que haja paralelismo.

(TÍMPANOS)

(Vários Deputados interrompem o orador, e o Senhor Presidente manifesta-se).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Presidência vai manifestar-se sobre o assunto. (Lê o Artigo 98):

"O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicita "Pela Ordem", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique, desde logo, o artigo regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos".

Portanto, não poderemos conceder a palavra "Pela Ordem".

Sobre a mesa, proposta à Emenda à Constituição. O § 1.º, do Art. 160, da Constituição do Paraná é alterado, ficando com a seguinte redação: (Lê: - "Promulgada a Constituição Federal, a Assembléia Constituinte compor-se-á em Comissões, para redigir e encaminhar o Projeto de acordo com o Regimento especialmente criado, para elaboração da nova Constituição".

Recebida, publique-se no Diário da Assembléia, em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Comunicado do Senhor Líder da Bancada do PMDB, Senhor Deputado Caíto Quintana.

"Em anexo, estamos encaminhando a Vossa Excelência, a relação das alterações dos membros substitutos das Comissões da bancada do PMDB, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno da Casa". Ao Departamento Legislativo, para as providências normais.

Sobre a mesa, necessitando de apoio, o Projeto de Lei que declara de utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos de Excepcionais de São José dos Pinhais, etc. Os Deputados que apoiam, permaneçam como estão. Apoiado.

Da mesma forma, Projeto de Lei que declara de utilidade pública, a Associação de Escritoras e Jornalistas do Brasil. Os Senhores Deputados que apoiam, permaneçam como estão. Apoiado.

Da mesma forma, declara de utilidade pública a Ação Social Vicentina de Peabiru. Os Senhores Deputados que apoiam, permaneçam como estão. Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando as alterações dos membros substitutos das Comissões da bancada do PMDB, nesta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente.

diente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme Avulso distribuído aos Senhores Deputados:

A ORDEM DO DIA DE HOJE É DEDICADA AO
TRABALHO DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Sobre a mesa, requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Sofia Groxko, ocorrido em Marcondes, no município de Prudentópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Douglas Nascimento Cardoso, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Douglas Nascimento Cardoso, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Domingos Vieira dos Santos, ocorrido no dia 08 de março do corrente ano, no Município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo aos moradores do Bairro de Santa Felicidade, pela realização do plebiscito em função da escolha do nome a ser dado ao trecho da nova Avenida, ligando aquele Bairro à Avenida Manoel Ribas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Dorvalino Tosi, ocorrido no dia 26 de março do corrente ano, no Município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 32/87, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n. 32/87, que trata da reforma administrativa no âmbito do Executivo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Acyr Mezzadri, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 128/86, que denomina Trechos da PR- 151. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da SANEPAR, através da Secretaria do Interior, encarecendo providências quanto à mudança das lagoas de tratamento de esgoto, situadas na parte Sul do Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo para que as estradas que interligam a BR.476 a Paula Pereira, até o limite do Estado de Santa Catarina, Via Barra do Potinga e a BR- 476 ao Município de Rio Azul, Via Turvo-Faxinal dos Elias, passem a ter a conservação do D.E.R.. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulação pela passagem dos 168 anos de emancipação política do Município de Palmeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do IPPUC, parabenizando pela decisão de contratar deficientes físicos para trabalharem na Central Telefônica de Informação da Prefeitura Municipal de Curitiba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, Governador do Estado, Secretário da Agricultura, Presidente do Banco do Estado do Paraná e Diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, encarecendo apoio aos produtores de mandioca. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário Extraordinário de Esportes do Estado, encarecendo informações face à existência do Campeonato Estadual de Futebol da Categoria de Júniores, disputado nas preliminares dos jogos profissionais, organizado pela Federação Paranaense de Futebol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expedien-

te ao Senhor Governador do Estado, encarecendo seja autorizada a licitação das obras para asfaltamento da Rodovia Guaragi-Teixeira Soares, completando a ligação Ponta Grossa-Irati. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, ao Senhor Otto Santos Cunha, pela sua reeleição como Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos Gerais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Ministro da Agricultura, apoiando as reivindicações formuladas a esse Ministério, pela Associação Brasileira de Criadores de Suínos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo asfaltamento do trecho da PR-364, compreendido entre Três Capões, Goioxim, Cavaco, Alto do Cobre e Marquinho, num total de 93 km e trecho Cantagalo-Cavaco, com 32 km. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da COBAL, encarecendo a implantação de um armazém distribuidor no município de Guarapuava. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a doação de uma viatura policial para a Delegacia de Polícia do Município de Palmital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo a recomposição das linhas telefônicas no Município de Palmital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Doutor Diretor-Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a implantação de uma subestação no Município de Palmital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Diretor-Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação de sistema de abastecimento com água potável no Distrito de Laranjal, Município de Palmital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção da ponte sobre o Rio Ivaí, ligando os Municípios de Tapira e Santa Isabel do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo seja feito levantamento topográfico, projeto da obra e conseqüente pavimentação asfáltica das localidades de Tapira-Ouro Verde, Ouro Verde-Santa Felicidade, Ouro Verde-Alto Café, ligando-as à rodovia Tapira-Douradina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, apoiando o Projeto de Lei n. 176/86, de autoria do Senhor Vereador Aziz Domingues, em tramitação naquela Câmara, que dispõe sobre o horário do comércio nesta Capital. Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Chefe da Casa Civil, encarecendo o empenho no sentido de amenizar a situação, adotando, como medida paliativa, a oferta de bolsas de estudo aos alunos comprovadamente sem condições de suportar o pagamento das novas mensalidades. (Retirado pelo autor.)

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar Especial Interpartidária, para discutir, em mesa redonda, a viabilidade de estabelecimento de um Fórum de Debates, com a presença de estudiosos municipalistas, para analisar a situação econômica do Estado. **Em discussão, em votação.**

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem). Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Para encaminhar a votação, o Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, nobres Deputados. O nosso requerimento que deu entrada nessa Casa, vem em função

de já termos participado de diversos congressos municipalistas, de onde diversos documentos foram tirados, cartas de municípios, cartas de município que serve de Estado, e, enviadas ao Senhor Presidente da República. Diversos movimentos, inclusive dias atrás, dos Senhores Prefeitos que, cansados de peregrinar nas Secretarias de Estado, peregrinam também nos Ministérios da República em busca de recursos para poderem cumprir os compromissos dos municípios paranaenses.

Sabemos de diversos estudos terem sido encaminhados às Comissões da Assembléia Nacional Constituinte; sabemos da liderança do Senhor Governador Oreste Quêrcia, Presidente da Frente Municipalista. Sabemos da participação de diversos líderes do nosso Estado, mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, percorrendo os municípios da nossa região, em contato com os Senhores Prefeitos Municipais, em contato com as lideranças desses municípios e também com os funcionários públicos municipais, nós entendemos, Senhor Presidente, a urgência de abrimos a condição para que os nossos municípios sejam socorridos de imediato para que não fiquem os nossos funcionários, nossos servidores, nossos professores com seus salários atrasados. Em alguns municípios, funcionários não receberam ainda o mês de janeiro, em outros, até parte do décimo terceiro salário, ainda não foram pagos.

Nós entendemos o esforço e aplaudimos a decisão do Senhor Governador do Estado, quando encampa a dívida dos companheiros trabalhadores, agricultores do Vale do Ivaí. Aplaudimos as decisões corajosas que vem tomando o Governador Álvaro Dias, que, inclusive hoje, ao ouvir o discurso atentamente do Governador Álvaro Dias, eu comentei com alguns companheiros: hoje eu vou para a Assembléia me sentindo representante do povo, me sentindo Deputado, porque só medidas corajosas e bravas como o Governador Álvaro Dias, de tirar dos grandes a proteção, de encaminhar aos fóruns, a execução dos Atalhas da vida, que só no BADEP deve hoje o investimento que fará o Governo Federal para a irrigação do Nordeste, na ordem de oitenta e dois milhões de dólares, é exatamente isso que tem que ser feito, é o Governador buscando os grandes para servir os pequenos, é o Governador buscando dos grandes para devolver ao povo do Paraná o capital que lhe pertence.

Senhor Presidente, nesta Comissão, junto com todos os Parlamentares que representam também os municípios do Paraná, queremos tirar dados, tirar subsídios para encaminharmos, às Comissões competentes, citadas inclusive no nosso requerimento, subsídios para que se tomem medidas neces-

sárias para salvar da insolvência os municípios do Paraná e do Brasil.

O nosso requerimento solicita a formação de uma Mesa Redonda, para, em conjunto com Deputados de todos os Partidos, chegarmos a um acordo. Precisamos de um Fórum de Debates, para junto com os Senhores Prefeitos, Deputados Federais, Vereadores, com Lideranças Políticas e com Lideranças Municipalistas, quer sejam do Estado ou do País, buscarmos sugestões para apresentá-las às Comissões da Assembléia Nacional Constituinte.

O outro item do nosso requerimento, versa sobre a Reforma Administrativa, sugerindo uma Reforma Administrativa a nível municipal. Nós sabemos que diversos Prefeitos querem fazer a mesma reforma, que se faz no País, só que a passos de tartaruga, contrariando o exemplo do Paraná, onde a Reforma Administrativa está sendo feita com medidas corajosas, bravas, seguras como o é esta medida tomada pelo Governador, de tirar os "marajás" do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Nós sabemos que os municípios do Estado do Paraná, nesta reforma que se implanta no Estado, tem que ter um contato, tem que ter um elo com os Secretários da Administração e do Planejamento, para que o Estado assuma os funcionários que as Prefeituras Municipais pagam para atender repartições públicas estaduais, como por exemplo, carro para Delegacia de Polícia que tem cota mínima de combustível, a qual o prefeito tem que prover durante o mês. São zeladoras, são senhoras, são senhores que servem órgãos estaduais, mas que recebem da Prefeitura Municipal, aluguel, luz, convênio, como é o caso da ACARPA. O Prefeito faz convênio pagando taxas, aluguel e outras coisas mais, como água e luz, para que a ACARPA permaneça no município prestando trabalho à agricultura. Nós entendemos que é a hora dos nossos prefeitos conversarem de perto com os responsáveis pela Reforma Administrativa, para que a sua folha de pagamento seja aliviada.

É esse, Sr. Presidente, o que requeremos, tendo a certeza de que os nossos ilustres companheiros do PMDB e os nossos companheiros dos outros Partidos, haverão de entender a necessidade que temos de salvar os nossos municípios que estão chegando à insolvência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Continua em votação o requerimento do Deputado Nilton Barbosa.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, encarecendo a construção de cinco salas de aula e/ou mais dependências no Colégio Estadual Ireni Moreira Nascimento - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, do Município de Tibagi. - Em discussão. Em votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Solicito Verificação de Votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Requerimento chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere e solicita a Sra. Primeira Secretária, que proceda a chamada nominal. (É procedida a chamada nominal)

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Sr. Presidente. Como é visível que dificilmente a sessão terá prosseguimento, e nós tínhamos solicitado inscrição para pronunciamento em Explicações Pessoais, e como é bem provável que isso seja impossível, eu quero, Sr. Presidente, em nome da Liderança do PDT, consignar nos Anais desta Casa de Leis, esta "Carta Autonomia Universitária", que é um documento do CINDIPROL, SAEL, SAÚDE, ADUEL, ACUEL, DCE, CINTERMAR, ADUEM e AFUEM, que fala sobre a autonomia universitária, enfocando, Sr. Presidente, a defesa da autonomia das universidades, em especial das Universidades de Londrina e de Maringá.

E também o documento, Sr. Presidente, dos funcionários do CENDI, sobre a Reforma Administrativa e a Assembléia Constituinte, que nós vamos encaminhar a Vossa Excelência.

O apoio da Liderança do PDT ao documento do CENDI e a esta luta que começa a ser travada em Londrina e em Maringá, em defesa da autonomia universitária, com assembléia marcada para amanhã, às 08:00 horas da manhã, em Londrina, e o nosso apelo para que todos os Partidos, todos os Parlamentares, apoiem a luta de professores, alunos e funcionários da Universidade de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa aguarda o envio, por parte de Vossa Excelência, do documento, por escrito, por gentileza.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Tem a palavra, Senhor Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - A Bancada do PDT e eu respeitamos a Casa, respeitamos aque-

les que nos visitam, e por isso permanecemos todos em Plenário, e lamentamos a ausência daqueles Deputados que, estrategicamente, abandonaram este Plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vinte e três Srs. Deputados responderam à chamada. Nós vamos proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento...

O SR. JOSÉ ALVES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu lamento o quadro que os Prefeitos que aqui estão, presenciam. Sabemos que quase todos os prefeitos do Paraná, quando vêm visitar a Capital para assuntos dos seus municípios, vêm visitar a Assembléia, e chegam aqui e acham uma Casa vazia. Eu acho isso lamentável. O Parlamentar recebe o seu salário para trabalhar.

Desde o meu primeiro dia aqui nesta Casa, já constatei a necessidade de chamada nominal, porque o Deputado está aqui ganhando, não está aqui de graça não, Sr. Presidente.

Portanto, pedimos que seja exigida a permanência, Sr. Presidente dos Deputados nesta Casa, ou que haja descontos por falta.

Que vergonha, prefeitos de toda a região vêm assistir uma sessão na Assembléia e a Casa está vazia. Onde é que estão os Deputados, Sr. Presidente?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr.

Presidente. Eu entendo que, quando se faz uma cobrança, nós temos que estar cientes da cobrança que fazemos.

O exemplo, segundo o adágio popular, vem de casa. Vossa Excelência, ilustre Deputado José Álvès, diz que Deputado ganha, e que é sua obrigação estar neste Parlamento. Eu reconheço que Vossa Excelência está certo, mas acho também que Vossa Excelência deveria deixar o seu programa de rádio, quatro dias por semana, em Maringá, e vir cumprir o seu compromisso como Deputado Estadual pelo Paraná.

Vossa Excelência não tem integridade moral para cobrar dos Parlamentares a ausência neste Plenário. Vossa Excelência esqueceu que se elegeu Deputado Estadual pelo Paraná. Vossa Excelência está ocupando duas funções ao mesmo tempo, e eu acho que Vossa Excelência deveria ter é o compromisso com o povo do Paraná, que acreditou em Vossa Excelência, e o trouxe para a Assembléia Legislativa do Paraná.

E quanto a Vossa Excelência, Deputado Rafael Greca, eu entendo que se o Deputado foi eleito, é competente para responder pelo seu mandato. Vossa Excelência não precisa ser o porta-voz do Deputado nesta Casa.

O SR. JOSÉ ALVES - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vossa Excelência já pediu a palavra pela ordem, uma vez, e eu o perdão, o Regimento...

O SR. JOSÉ ALVES - Se eu faço o programa de Maringá, é na quinta, na sexta, no sábado e no domingo. E não tenho satisfações a dar a Vossa Excelência. O senhor não faz parte do meu eleitorado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Quatro Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Nenhum Srs. Deputado rejeita.

Não há número para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 134, 320 e 321/85.

Marca, também, para quinta-feira, dia 09, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 15, 58 e 167/86.

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após esta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 202, 230 e 265/86.

Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA

TERMO DE RECEBIMENTO DE CHAPA

Por determinação do Senhor Presidente do FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA, os abaixo-assinados, reuniram-se no dia 01 de abril de 1987, nas dependências do FEPPA, localizadas no prédio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a finalidade de receber as chapas que concorrerão às eleições para Presidente, Conselheiros e Suplentes, a realizar-se no próximo dia quinze de abril, às dezesseis horas.

Às dezessete horas, como preceitua o artigo 40 do Regulamento da Lei 6639/74, foi encerrado o prazo para recebimento das chapas, tendo sido apresentada apenas uma chapa, em requerimento assinado por dezesseis (16) senhores associados. A referida chapa tem como candidatos os seguintes senhores associados:

Para PRESIDENTE: ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Para CONSELHEIROS EFETIVOS:

1. ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
2. EZEQUIAS LOSSO
3. JOÃO MANSUR

Para SUPLENTES:

1. WERNER WANDERER
2. BASÍLIO ZANUSO
3. AUGUSTO CARNEIRO

Às dezessete horas e dez minutos, foi lavrado o presente termo, assinado pelos funcionários designados para recebimento das chapas e pelos associados presentes, que testemunharam o ato.

Em Curitiba, 01 de abril de 1987.

(aa) IHOR BARANHUK

JURACY MANSANI

CARLOS AUGUSTO FERNANDES

Testemunhas:

WILSON FIGUEIREDO FORTES

BASÍLIO ZANUSO